

MENSAGEM Nº 478

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **BENEDICTO FONSECA FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **BENEDICTO FONSECA FILHO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de agosto de 2022.

Brasília, 4 de Agosto de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **BENEDICTO FONSECA FILHO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino de Lesoto e na República de Maurício, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **BENEDICTO FONSECA FILHO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 498/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 24 de agosto de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **BENEDICTO FONSECA FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 24/08/2022, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3584425** e o código CRC **368C5A0A** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.006577/2022-39

SEI nº 3584425

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *BENEDICTO FONSECA FILHO*

CPF.: 239.968.891-00

ID.: 1905 MRE

1963 Nascido no Rio de Janeiro/RJ, filho de Benedicto Fonseca e Célia Pedrosa Fonseca, em 31 de março

Dados Acadêmicos:

1985 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1986 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, 1986
1991 Relações Internacionais, Universidade de Paris I, Sorbonne, viagem prêmio, 1991
1995 CAD - IRBr
2010 CAE - IRBr

Cargos:

1987 Terceiro-secretário
1993 Segundo-secretário
2001 Primeiro-secretário, por merecimento
2005 Conselheiro, por merecimento
2007 Ministro de segunda classe, por merecimento
2010 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1988 Divisão de Comércio Internacional, assistente
1988 Embaixada em Washington, missão transitória (estágio)
1989-91 Divisão de Política Comercial, assistente
1992-95 Embaixada em Buenos Aires, terceiro e segundo-secretário
1993 Embaixada em Acra, missão transitória
1996-99 Embaixada em Tel Aviv, segundo-secretário
1999 Divisão do Meio Ambiente, assistente e subchefe
2001 Embaixada em Praia, missão transitória
2004-07 Missão junto às Nações Unidas em Nova York, primeiro-secretário e conselheiro
2007-10 Gabinete do Ministro de Estado, assessor e subchefe
2011-18 Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos, Diretor
2019- Consulado-geral em Boston, Cônsul-geral

Condecorações

Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Comendador

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

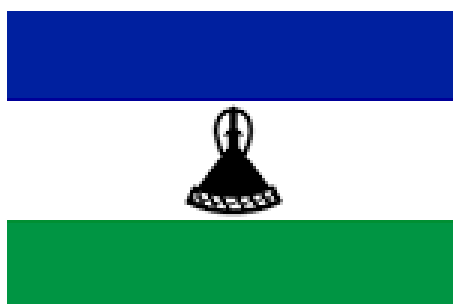
Légion D´Honneur, França, Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REINO DO LESOTO



Maço Básico

OSTENSIVO
Agosto de 2022

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1970. Devido ao regime de *apartheid* na África do Sul, a Embaixada do Brasil em Moçambique respondeu pelo relacionamento bilateral com o Lesoto até 1997, quando a cumulatividade foi transferida para a Embaixada em Pretória. Os temas relativos ao Brasil são tratados pela Embaixada do Lesoto em Washington.

Houve, à margem da Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Doha, 29/11/2008), encontro entre o então Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e o então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Lesoto, Mohlabi Kenneth Tsekoa, ocasião em que se tratou das possibilidades de cooperação no campo da agricultura. O então MNE lesotiano afirmou que seu país busca a autossuficiência alimentar e gostaria de contar com a cooperação brasileira, particularmente no que concerne à irrigação e à seleção de sementes, para melhora da produtividade. O governo do Lesoto manifestou interesse, também, no estabelecimento de um mecanismo de cooperação para a formação acadêmica de diplomatas.

A única visita de Chanceler do Lesoto ao Brasil teve lugar em 2010, quando ocorreu assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, em vigor desde 2015.

Os temas de interesse do Lesoto, no que se refere à cooperação, são: agricultura; segurança alimentar; saúde; funcionamento e gestão de programas sociais; merenda escolar; e, recentemente, cooperação esportiva.

O Ministro do Desenvolvimento Social do Lesoto, Molahlehi Letlotlo, realizou missão a Brasília em outubro de 2015, para encontro com sua contraparte brasileira, bem como para conhecer programas sociais do governo brasileiro. No mês seguinte, o então Embaixador não residente do país, Eliachim Molapi Sebatane, visitou a capital federal, onde manteve encontros com diferentes setores do Ministério das Relações Exteriores para avaliações preliminares sobre eventuais projetos de cooperação. O Embaixador também participou de inauguração de Consulado Honorário do Lesoto na cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo.

Os contatos entre a Embaixada do Brasil em Pretória e autoridades do país têm-se concentrado em gestões para candidaturas no âmbito multilateral. O Reino do Lesoto tem sistematicamente apoiado candidaturas brasileiras.

Em setembro de 2021, foi realizada visita de estudos virtual sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferecida ao governo do Lesoto. Na ocasião, o secretário de educação básica do Ministério de Educação do Lesoto, Dira Khama, afirmou que o modelo atual de alimentação escolar em seu país já é inspirado no exemplo brasileiro, a partir de visita técnica realizada em 2013.

COMÉRCIO BILATERAL

O comércio bilateral atingiu seu auge em 2005 (US\$ 1,3 milhão) e nova elevação em 2017 (US\$ 1 milhão), tendo registrado US\$ 55 mil em 2021. As exportações brasileiras costumam corresponder a virtualmente a totalidade das trocas bilaterais.

Os principais produtos exportados para o Brasil são couros, peles e calçados. Já os produtos brasileiros importados pelo Lesoto são, principalmente, máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

POLÍTICA INTERNA

O Lesoto é um país cercado pela África do Sul. Possui terreno montanhoso, que em todos os pontos supera mil metros de altitude. Protetorado britânico desde 1868, então denominado Basutolândia, o Lesoto tornou-se independente em 1966.

A Constituição previa um monarca, Moshoeshoe II, “um símbolo vivo da unidade nacional”, mas com poderes limitados, e uma Assembleia Nacional baseada no sufrágio universal. O premiê seria automaticamente o líder do partido mais votado. O então Rei exilou-se em 1990, dois anos depois de ter seus poderes suspensos por uma junta militar, mas regressou ao país e reassumiu o trono em 1995 – vindo a falecer no ano seguinte, em um acidente de automóvel. Seu filho, o atual monarca, Letsie III, tornou-se então chefe de Estado do Lesoto.

Em 22/09/1998, militares sul-africanos intervieram no país para viabilizar o governo do então PM Pakalitha Mosisili, vencedor nas eleições de maio 1998. A intervenção da África do Sul, feita a pedido do premiê do Lesoto, foi realizada como uma missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC - (“Operação Boleas”), da qual participaram também forças de Botsuana. O ato foi legitimado pelo Memorando de Entendimento de 1994 da SADC, pelo qual África do Sul, Botsuana e Zimbábue foram indicados como garantes da democracia no Lesoto. A Operação Boleas foi encerrada em 19/10/1998. As últimas tropas sul-africanas e botsuanesas deixaram o Lesoto em maio de 1999.

Em junho de 2017, houve eleições – pela terceira vez em cinco anos. Formou-se governo de coalizão de quatro partidos, liderado pelo Primeiro-Ministro Tom Thabane. De acordo com as recomendações para as principais reformas de governo e segurança, feitas pela SADC, o governo do Lesoto comprometeu-se a empreender consultas multilaterais para instruir as reformas.

O ano de 2018 foi marcado por maior estabilidade, o que permitiu importantes avanços no plano político. Após sucessivos adiamentos, a equipe de facilitadores da SADC logrou promover diálogo nacional na capital Maseru, no final de novembro, com a participação de representantes do governo, líderes da oposição no exílio e entidades da sociedade civil. O encontro logrou promover discussão inicial sobre reformas constitucionais, no setor de segurança e em outros aspectos da organização institucional do país, em linha com as recomendações feitas pela SADC em 2016.

Após a renúncia de Thabane, em maio de 2019, nova coalizão de governo do país indicou o nome do então Ministro das Finanças, Moeketsi Majoro, como Primeiro-Ministro, o que foi aceito pelo Rei Letsie III. Majoro foi empossado em 20 de maio de 2020. Em seu discurso, indicou que priorizará o combate ao desemprego, à pobreza e à fome no país. Assinalou que, em seu mandato, buscará implementar novo estilo de liderança para restaurar a confiança da população do país no governo. A chegada de Moeketsi ao poder marca importante renovação geracional na liderança do Lesoto. O Lesoto deverá realizar novas eleições parlamentares em outubro de 2022.

EDUCAÇÃO

O Lesoto é um dos países com a maior taxa de alfabetização na África Subsaariana, de 76% da população adulta – 70% masculina e 88% feminina.

ECONOMIA

O Lesoto possui economia fortemente ligada à África do Sul. Mais de 80% de sua população dedica-se à agricultura de subsistência. As remessas de divisas dos trabalhadores empregados na indústria mineira sul-africana – que, em 1990, foram responsáveis por 67% do PIB – vêm diminuindo sistematicamente desde então, sendo hoje inferiores a 30% do PIB. Atualmente, a maior parte das receitas do Estado provém da arrecadação de gravames aduaneiros decorrentes da participação na União Aduaneira da África Meridional (SACU); no entanto, as receitas da SACU são voláteis.

Ao longo da última década, a economia lesotiana tornou-se cada vez mais dependente de dois setores-chave, que juntos constituem quase 45% do PIB: mineração e indústria têxtil e de vestuário, esta última empregando aproximadamente 50 mil pessoas. A agricultura intensiva em mão-de-obra continua desempenhando papel importante. É a principal fonte de renda na zona rural, onde vive a maior parte da população (cerca de três quartos). A maior parcela das terras no Lesoto é propícia à pecuária: as montanhas são utilizadas como pasto no verão e as planícies, no inverno. Contudo, a produtividade vem diminuindo devido à seca, ao roubo de gado, à deterioração dos pastos e ao êxodo rural. O governo também ocupa papel-chave na economia, em virtude da dimensão do funcionalismo público e dos programas de desenvolvimento de infraestrutura.

A indústria, com participação atual na economia de 39%, e os serviços, com 55%, vêm liderando o crescimento econômico desde o fim dos anos 1980, embora a renda cresça mais lentamente devido ao declínio na taxa dos rendimentos dos migrantes, que ainda desempenham importante papel na economia de muitas famílias. A construção civil, principalmente o Projeto Hídrico para as Áreas Montanhosas de Lesoto (LHWP), também impulsiona o crescimento.

O Reino tem melhorado sua posição no ranking dos países com ambiente favorável aos negócios, elaborado pelo Banco Mundial, passando da 144ª posição em 2007 para a 122ª em 2020. As maiores deficiências do país estão relacionadas a procedimentos burocráticos, proteção a investimentos e à propriedade intelectual, e garantia da execução dos contratos.

Entretanto, as altas taxas de incidência de HIV têm levado à queda da produtividade, ameaçando a economia do país como um todo. Em 2006, o governo emendou o Código do Trabalho para proteger trabalhadores portadores do vírus contra demissões, assim como tornar obrigatórios programas educativos de prevenção nas fábricas.

CONTEXTO ATUAL

A economia do Lesoto, após um período de forte crescimento no início da década de 2010, tem passado, nos últimos anos, por recessões e estagnação. O PIB per capita do país reduziu-se de US\$ 1.287, em 2011, para US\$ 875, em 2020, e US\$ 1,035, em 2021.

Em paralelo à prolongada crise econômica, o preço dos alimentos vem registrando forte alta. Entre 2018 e 2019, segundo o PMA, houve um decréscimo de 76% na produção de alimentos no país, em função de diminuição das chuvas.

O setor agrícola no país ainda é caracterizado por culturas de subsistência, com baixa intensidade tecnológica, muito dependente do regime de chuvas e vulnerável a intempéries. Apenas 0,05% das terras cultivadas no país fariam uso de irrigação, por exemplo. Apesar de melhora nas chuvas ao longo de 2020 e início de 2021, o quadro de segurança alimentar ainda se mantém preocupante em função da pandemia de Covid-19 e dos rígidos confinamentos aplicados no país, que acabaram por desarticular a economia local. Segundo estimativas do PMA, cerca de

661 mil pessoas estariam em situação de insegurança alimentar (cerca de um terço da população total do Lesoto, de pouco mais de 2 milhões de habitantes).

A projeção de crescimento do PIB do Lesoto para o período entre 2022-24 é de 2.1% ao ano em média, impulsionado pela mineração e exportação de têxteis.

COMÉRCIO EXTERIOR

A capacidade exportadora do Lesoto, tradicionalmente, limitava-se ao mercado da África do Sul. Nos últimos anos, porém, o país perseguiu estratégia de desenvolvimento e erradicação da pobreza baseada nas exportações. Como país de menor desenvolvimento relativo, o Lesoto passou a beneficiar-se de acordos preferenciais de comércio com Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), União Europeia (regulação “Everything But Arms”, EBA), Japão e Estados Unidos (lei AGOA). Ainda assim, 90% das importações lesotianas provêm da circundante África do Sul. O Lesoto produz menos de 20% de sua demanda por alimentos, e a atividade agrícola é vulnerável a variações climáticas.

O país exporta principalmente produtos da indústria têxtil (40%), diamantes (20%), água, lã e tabaco, sobretudo para países da SADC, Estados Unidos e União Europeia. As importações concentram-se em derivados de petróleo, material de construção, veículos, máquinas e remédios, provenientes especialmente de países asiáticos. O país tem-se beneficiado, ainda, da política de transferência de receitas aduaneiras da SACU, cuja soma ascende a cerca de 36% do PIB.

Em março de 2018, o Lesoto assinou o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA), mas ainda não ratificou o instrumento. Por conta da grande influência da economia sul-africana no comércio exterior lesotiano, o impacto da AfCFTA deverá estar fortemente vinculado às eventuais transformações provocadas pelo Acordo na África do Sul. O maior desafio na implementação do diploma para o Lesoto pode ser eventual impacto para a indústria têxtil do país, a qual pode sentir os efeitos da competição de outros países do continente.

ENERGIA

O principal recurso natural do Lesoto é a água. O Projeto Hídrico para as Áreas Montanhosas de Lesoto impulsionou a venda desse recurso para a África do Sul, principalmente desde 1998, com a conclusão da primeira fase do projeto, e tem gerado impacto positivo no crescimento econômico do país, com o pagamento de “royalties” pela África do Sul. O projeto pretende também tornar o Lesoto autossuficiente em energia elétrica, com a entrada em funcionamento da usina hidrelétrica subterrânea de Muela (200 MW) e de outras centrais. Antes, toda a energia elétrica do país era fornecida pela estatal sul-africana ESKOM.

INDÚSTRIA

O maior dinamismo foi alcançado pela indústria têxtil e de confecções. Beneficiando-se do acesso isento de impostos ao mercado norte-americano, mediante mecanismos do AGOA (desde 1998), a economia lesotiana atraiu capitais externos.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Letsie III
Rei

Nascido em 1963, assumiu o trono quando seu pai, Moshoeshoe II, foi forçado ao exílio, em 1990. Moshoeshoe II retornou ao trono brevemente em 1995, mas morreu em 1996, vítima de acidente automobilístico. Letsie III reassumiu o trono, atuando como Chefe de Estado desde então. Foi educado no Ampleforth College, Reino Unido. Formou-se em Direito, pela Universidade Nacional do Lesoto. Estudou também nas Universidades de Bristol e Cambridge. É casado e tem três filhos.



Moeketsi Majoro
Primeiro-Ministro

Com 58 anos, o Primeiro-Ministro apresenta perfil técnico. Graduou-se em Economia pela Universidade Nacional do Lesoto e realizou, em seguida, estudos de mestrado e doutorado na Washington State University, nos Estados Unidos. Em 2004, assumiu o cargo de "Principal Secretary" (equivalente a Vice-Ministro) do Ministério das Finanças, que ocupou até 2008. Entre 2008 e 2012, ocupou o posto de Diretor Executivo e Diretor Executivo altermo do FMI, em nome do Grupo Africano 1. Foi Ministro do Planejamento entre 2013 e 2015. Em 2017, elegeu-se para o Parlamento e foi nomeado Ministro das Finanças, posto que vinha ocupando até maio de 2020.



Matsepo Ramakoe
Ministra dos Negócios Estrangeiros e
das Relações Internacionais

Com 66 anos, possui extensa carreira no serviço público do Lesoto, tendo sido analista na autoridade tributária local, Diretora no Ministério do Meio Ambiente e no Ministério da Polícia, entre outros, inclusive como parlamentar. No cargo de “Principal Secretary” (Vice-Ministra) do Ministério da Defesa, teve a atribuição de consolidar a supervisão civil das Forças Armadas do Lesoto, após tentativa de golpe militar em 1998. Bacharelou-se em Administração pela Universidade Nacional do Lesoto e realizou estudos de pós-graduação na Universidade da Haia, em Políticas Públicas e Análise.

MAPA DO LESOTO



DADOS BÁSICOS	
---------------	--

NOME OFICIAL	Reino do Lesoto
CAPITAL	Maseru
ÁREA	30.344 km ² (aproximadamente a área do Estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (est. 2021)	2,15 milhões
IDIOMAS	Inglês, Sesoto, Xhosa, Zulu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãs (87%); tradicionais (7.7%); outros (1.1%); sem religião (0.2%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Letsie III
CHEFE DE GOVERNO	PM Moeketsi Majoro (desde maio de 2020)
CHANCELER	Matsepo Ramakoe (desde maio de 2020)
PIB	US\$ 2,2 bilhões (2021)
PIB PPP	US\$ 5,7 bilhões (2021)
PIB PPP per capita	US\$ 2.682,20 (2021)
IDH	0,527 (165º no mundo)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	76%
EXPECTATIVA DE VIDA	54 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Loti (unidade), Maloti (plural).

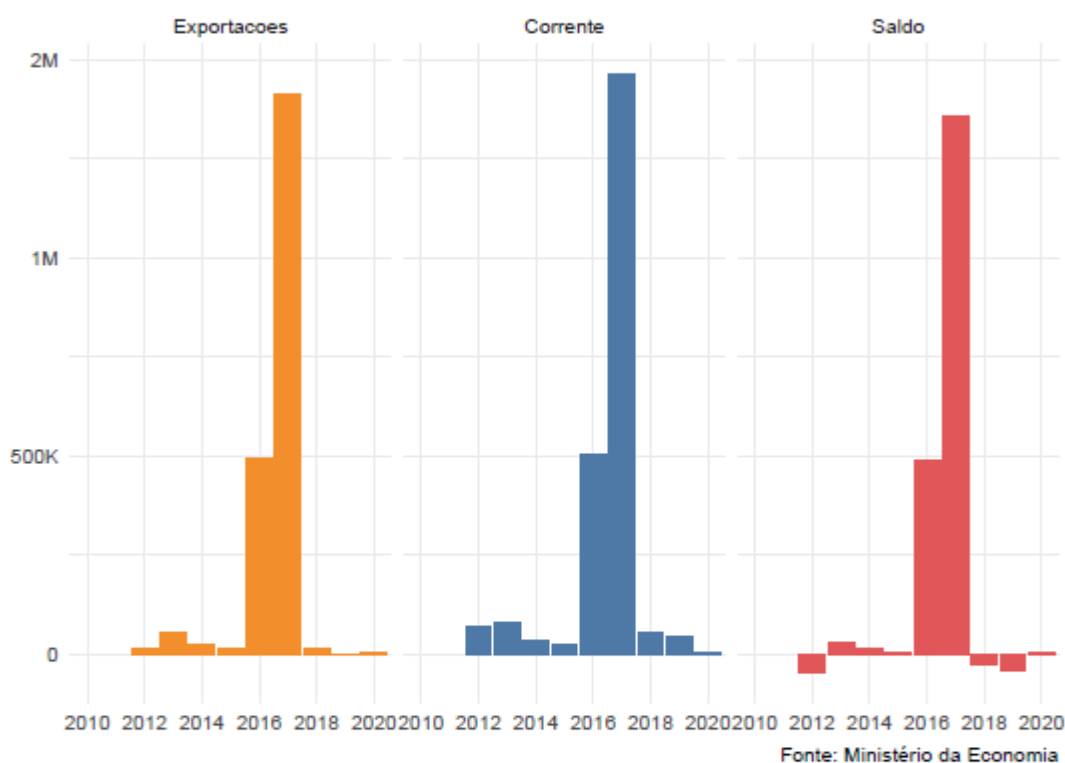
DADOS DE COMÉRCIO

Brasil-Lesoto, Dados Comerciais

1 Dados anuais

1.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Lesoto, Fluxo de Comércio até 2020

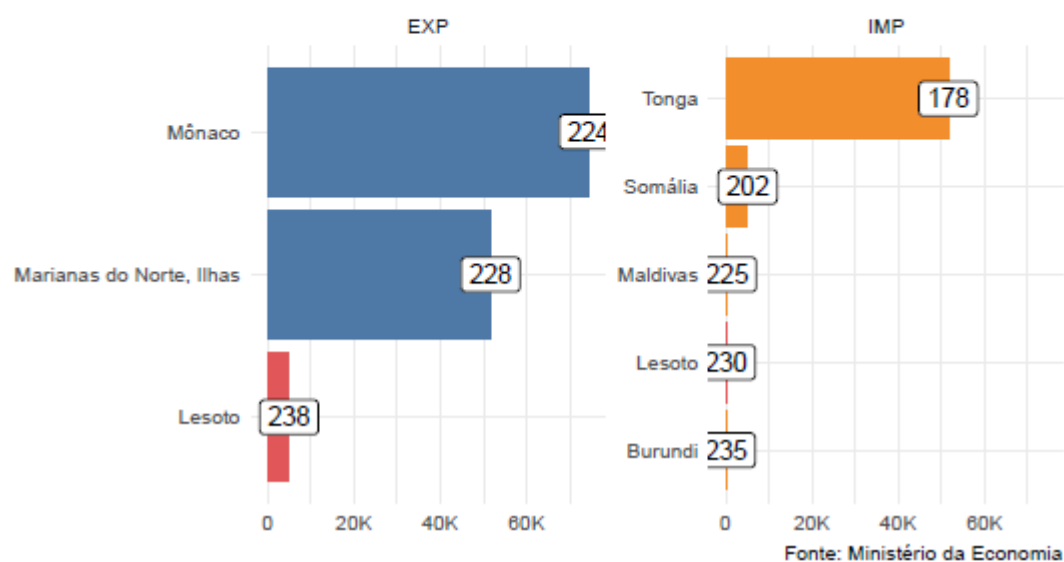


	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	5K (372.9%)	1K (-92.2%)	13K (-99.0%)	1M (185.4%)	494K (3 403.8%)
Importacoes	71 (-99.8%)	43K (9.8%)	39K (-24.0%)	51K (584.5%)	8K (-8.2%)
Saldo	5K (-88%)	-42K (-264%)	-26K (-102%)	1M (179%)	487K (8 115%)
Corrente	5K (-88.5%)	44K (-16.4%)	53K (-96.4%)	1M (191.4%)	502K (2 151.3%)

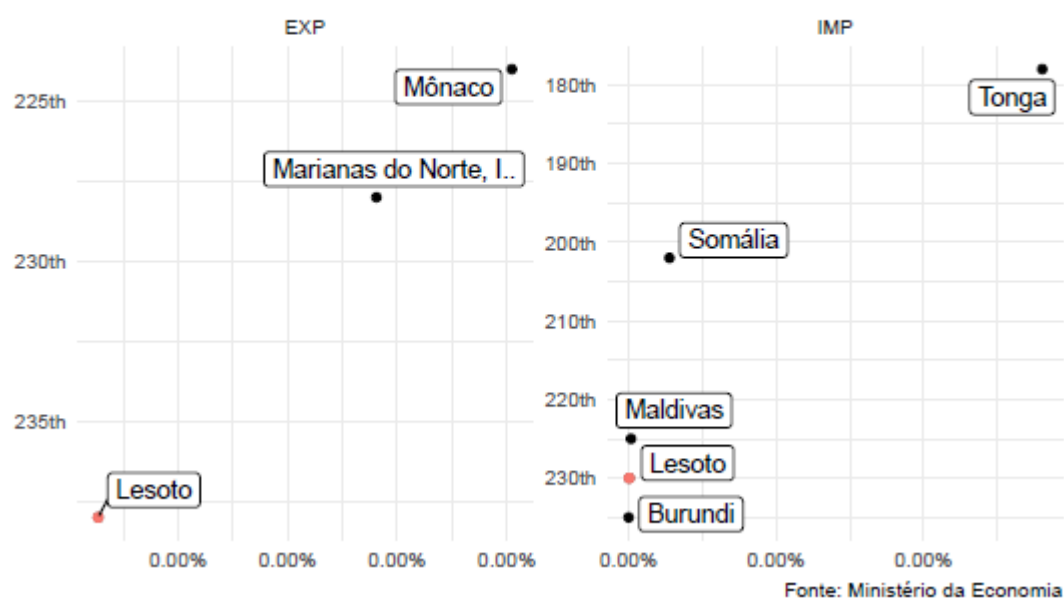
	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	14K (-41.9%)	24K (-55.3%)	54K (361.0%)	12K (NA)	NA (NA)
Importacoes	8K (-0.7%)	8K (-65.6%)	24K (-59.6%)	59K (26.9%)	47K (-53.6%)
Saldo	6K (-63%)	16K (-47%)	30K (-36%)	-47K (NA)	NA (NA)
Corrente	22K (-31.5%)	33K (-58.4%)	78K (10.3%)	71K (NA)	NA (NA)

1.2 Destinos de exportações e origens de importações

Brasil-Lesoto, parceiros comerciais próximos em 2020



Brasil-Lesoto, ranking e proporção de comércio, em 2020

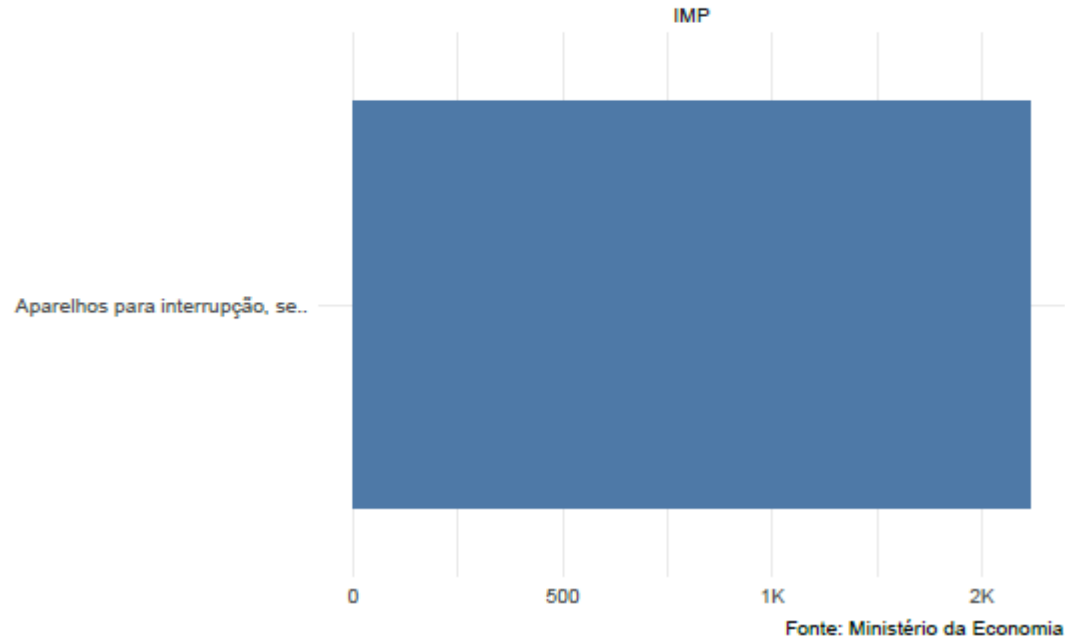


Brasil-Lesoto, Dados Comerciais

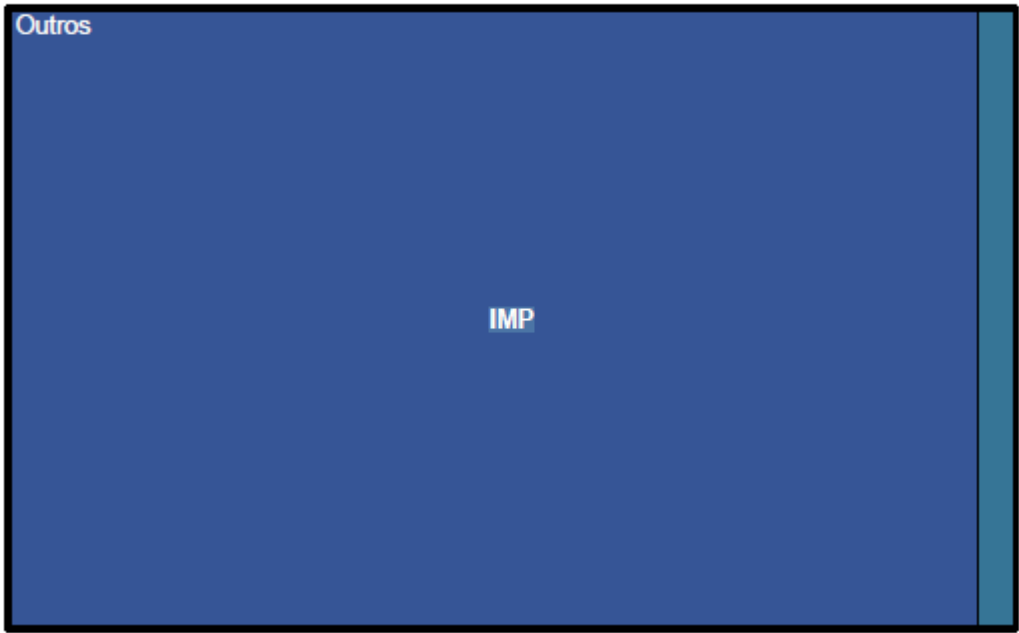
Dados Anuais				
Direção	País	Valor	Variação	Proporção
2020				
EXP	Mônaco	74.40K	41,18%	0,00%
	Marianas do Norte, Ilhas	51.68K	19 040,37%	0,00%
	Lesoto	4.98K	372,91%	0,00%
IMP	Tonga	51.58K	133,50%	0,00%
	Somália	5.09K	-88,06%	0,00%
	Maldivas	298.00	-5,10%	0,00%
	Lesoto	71.00	-99,83%	0,00%
	Burundi	5.00	-98,18%	0,00%
2019				
EXP	Pitcairn	195.48K	-19,88%	0,00%
	Mônaco	52.70K	-85,63%	0,00%
	Lesoto	1.05K	-92,21%	0,00%
	Marianas do Norte, Ilhas	270.00	-97,96%	0,00%
IMP	Lesoto	42.91K	9,80%	0,00%
	Somália	42.64K	797,73%	0,00%
	Tonga	22.09K	653,15%	0,00%
	Maldivas	314.00	-31,44%	0,00%
2018				
EXP	Mônaco	366.87K	-45,12%	0,00%
	Pitcairn	243.98K	370,70%	0,00%
	Lesoto	13.50K	-99,04%	0,00%
	Marianas do Norte, Ilhas	13.22K	17 288,16%	0,00%
	Bouvet, Ilha	1.03K	NA	0,00%
IMP	Lesoto	39.08K	-24,02%	0,00%
	Somália	4.75K	1 792,43%	0,00%
	Maldivas	458.00	2 762,50%	0,00%
	Burundi	274.00	-96,34%	0,00%
2017				
EXP	Lesoto	1.41M	185,38%	0,00%
	Mônaco	668.46K	119,97%	0,00%
	Pitcairn	51.83K	14 218,51%	0,00%
IMP	Lesoto	51.43K	584,55%	0,00%
	Tonga	2.93K	-6,08%	0,00%
	Somália	251.00	-98,24%	0,00%
	Maldivas	16.00	-99,94%	0,00%

1.3 Produtos comercializados

Brasil-Lesoto, pauta comercial, 2020



Brasil-Lesoto, Proporção de Exportações e Importações em 2020

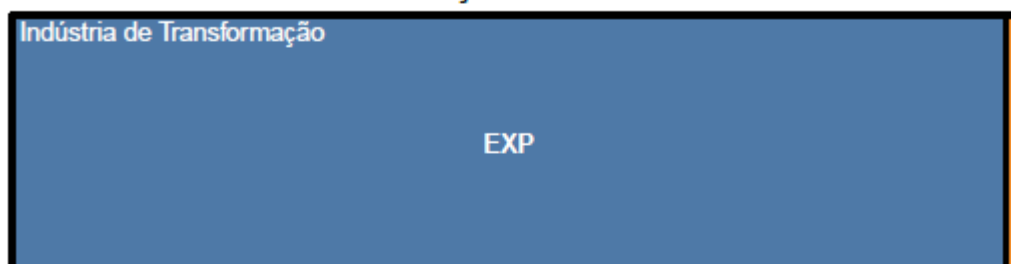


Brasil-Lesoto, Dados Comerciais

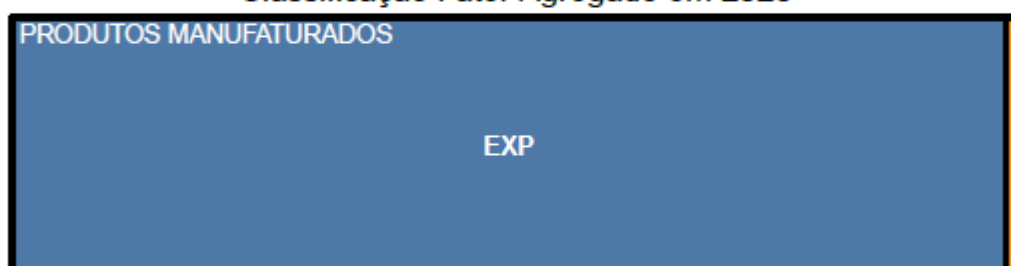
Dados Anuais						
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção
2020	EXP	Calçado com sola exterior de borracha, plástico, c..	6403	4.15K	-63,3%	83,5%
		Malas e maletas, incluídas as de toucador e as mal..	4202	822.00	-61,1%	16,5%
	IMP	Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	71.00	-95,6%	100,0%
2019		Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	1.62K	-78,7%	3,8%
2018	EXP	Calçado com sola exterior de borracha, plástico, c..	6403	11.31K	-47,8%	83,8%
		Malas e maletas, incluídas as de toucador e as mal..	4202	2.11K	-70,8%	15,7%
	IMP	Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	7.58K	-73,2%	19,4%
2017	EXP	Calçado com sola exterior de borracha, plástico, c..	6403	21.65K	-5,9%	1,5%
		Malas e maletas, incluídas as de toucador e as mal..	4202	7.23K	0,1%	0,5%
	IMP	Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	28.29K	500,7%	55,0%

1.4 Classificações do Comércio

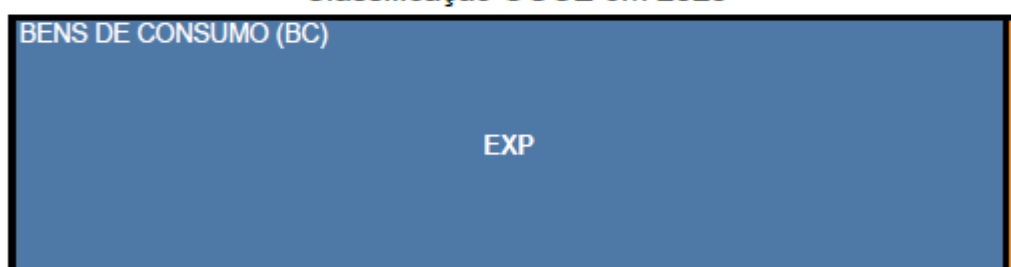
Classificação ISIC em 2020



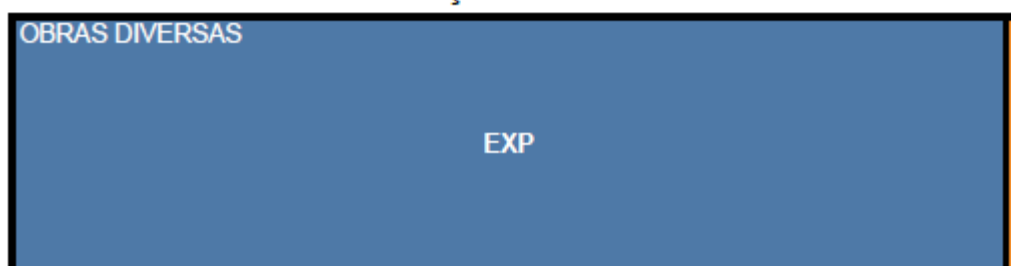
Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



Brasil-Lesoto, Dados Comerciais

2020			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	5.0K	100,0%
IMP	Indústria de Transformação	71.0	100,0%
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	5.0K	100,0%
IMP	PRODUTOS MANUFATURADOS	71.0	100,0%
Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS DE CONSUMO (BC)	5.0K	100,0%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	71.0	100,0%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	OBRAS DIVERSAS	5.0K	100,0%
IMP	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	71.0	100,0%

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1970 – Estabelecimento de relações diplomáticas.

1991 – Abertura de Consulado Honorário do Lesoto em São Paulo.

1997 – Transferência da cumulatividade de Maputo para Pretória.

2008 – Encontro entre chanceleres dos dois países à margem da Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Doha), ocasião em que trataram das possibilidades de cooperação no campo da agricultura.

2009 – O Lesoto envia ao Brasil proposta de acordo de cooperação técnica, científica, cultural e econômica.

2010 – Visita de Chanceler do Lesoto ao Brasil e assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica.

2015 – Visita de Ministro do Desenvolvimento Social do Lesoto ao Brasil; no mesmo ano, visita do Embaixador não residente do Lesoto ao Brasil.

CRONOLOGIA DO PAÍS

1868 – O “pai da nação”, o Rei Moshoeshoe I, em meio ao conflito generalizado entre tribos da região e os africânderes, de origem holandesa, solicita ao Império Britânico o status de protetorado para a região conhecida como Basutolândia.

1966 – O Reino do Lesoto torna-se independente em 4 de outubro.

1970 – O PM Chefe Jonathan anula as eleições, suspende a Constituição, extingue o Parlamento e exila os líderes da oposição.

1986 – Chefe Jonathan é deposto por golpe militar; instalada junta militar que governa o país em regime de exceção.

1988 – Os poderes do monarca são suspensos.

1990 – O Rei Moshoeshoe II é exilado.

1991 – A atividade política é permitida e nova constituição, muito similar à de 1966, é promulgada.

1995 – Em janeiro, o Rei Moshoeshoe II regressa de seu exílio no Reino Unido e reassume o trono.

1996 – O soberano falece em acidente de automóvel nas montanhas do Lesoto. Seguindo recomendação do Conselho de Chefes, o rei Letsie III, que reinou durante a ausência de seu pai, reassume a coroa.

1997 – Disputas entre facções dentro do Partido do Congresso da Basutolândia Congress Party (BCP) levam o partido, em junho, a uma cisão que dá origem ao Congresso do Lesoto para a Democracia (LCD).

1998 – Em 22/set, forças sul-africanas invadem o país, com o intuito de viabilizar o Governo do partido vencedor nas eleições de maio, do PM Pakalitha Mosisili. A intervenção militar sul-africana, precedida de pedido do PM, é realizada como operação da SADC (“Operação Boleas”), da qual participam também forças de Botsuana. A Operação Boleas é encerrada em 19/out.

2009 – Crise entre governo e oposição derivada da distribuição de assentos parlamentares das eleições de 2007 é objeto de mediação do Conselho Cristão de Igrejas do Lesoto.

2012 – Coalizão liderada pelo partido Convenção de todo o Basoto vence eleições parlamentares do país. Tom Thabane é o novo Primeiro-Ministro.

2014 – Alegando "ameaça iminente de golpe de Estado", Tom Thabane suspende atividades do Parlamento. Militares ameaçam derrubar o Primeiro-Ministro, que é forçado a deixar o país e se asilar na África do Sul.

2014 – SADC envia o então Vice-Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, para mediar a crise no país, o que resulta na reabertura do Parlamento e no retorno ao poder do Primeiro-Ministro Thabane, mediante compromisso de antecipação das eleições gerais para o início de 2015.

2015 – Eleições antecipadas são realizadas, dando a vitória ao Democratic Congress. O Primeiro-Ministro Pakalitha Mosisili retorna ao poder.

2017 - Eleições, pela terceira vez em cinco anos. Governo de coalizão de quatro partidos, liderado por Thabane.

2017 – Missão Preventiva da SADC no Reino do Lesoto (SAPMIL), com vistas a manter a ordem local, após o assassinato do General Khoantle Motšomotšothe, que exercia o cargo das Forças de Defesa do Lesoto.

2020 – Tom Thabane renuncia e é substituído pelo atual PM Moeketsi Majoro.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ÁFRICA DO SUL



Maço básico

OSTENSIVO

Agosto de 2022

RELAÇÕES BILATERAIS

DIÁLOGO POLÍTICO DE ALTO NÍVEL

Brasil e África do Sul mantêm desde 2010 “parceria estratégica”, nível de relacionamento igualado apenas com Angola em todo o continente africano. Na pauta da relação bilateral sobressaem temas de defesa, segurança, energia nuclear, investimentos, cooperação e acesso a mercados.

Os dois países têm importante histórico de encontros bilaterais. Mais recentemente, no ano de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro encontrou-se com o Presidente Cyril Ramaphosa em três oportunidades. Em janeiro, reuniram-se à margem do Fórum Econômico Mundial em Davos; em junho, na Cúpula do G20 em Osaka; e, em novembro, à margem da Cúpula dos BRICS em Brasília. Na cerimônia de posse do segundo mandato do Presidente Ramaphosa, o então Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo e Silva, representou o Presidente Jair Bolsonaro.

Em julho de 2019, o então Chanceler Ernesto Araújo e a Ministra de Relações Internacionais e Cooperação sul-africana, Naledi Pandor, mantiveram reunião bilateral à margem do BRICS, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, em dezembro, o então Ministro Ernesto Araújo manteve videoconferência com a Ministra Pandor, ocasião em que puderam repassar a agenda bilateral em temas como defesa, comércio, coordenação em foros internacionais, entre outros.

Já em julho de 2021, realizou-se reunião entre o Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA), Embaixador Kenneth Félix Haczynski da Nóbrega, e a Vice Diretora-Geral para Américas e Europa da chancelaria sul-africana, Embaixadora Maud Dlomo. Na ocasião, foram discutidas oportunidades de cooperação identificadas em reuniões prévias dos seguintes grupos de trabalho: energia e assuntos ambientais; defesa; arte, cultura, educação superior e cooperação entre academias diplomáticas; relações econômicas e comerciais; agricultura; ciência, tecnologia e comunicações; esporte e turismo; justiça e serviços correcionais; saúde; e cooperação técnica para o desenvolvimento.

COOPERAÇÃO EM DEFESA E EM ENERGIA NUCLEAR

A cooperação na área de defesa entre Brasil e África do Sul tem como marco conceitual o Acordo-Quadro sobre Cooperação em Assuntos de Defesa, assinado na Cidade do Cabo, em 04/06/2003, e em vigor no plano internacional desde 20/08/2013. O acordo, no entanto, não foi promulgado no Brasil em razão de incompatibilidade com a nova Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Para solucionar a questão, em 2016, o Brasil propôs emenda, por troca de Notas, ao Acordo. Em dezembro de 2018, a Chancelaria sul-africana encaminhou Nota Verbal indicando aceitação do texto. Nova proposta de emenda por mecanismo convencional foi encaminhada ao lado sul-africano em 28/10/2019, à qual até o momento não houve reação. Estão sendo negociados, ainda, acordo para proteção mútua de informação classificada e a emenda ao Acordo de cooperação em matéria de defesa.

Iniciativas concretas

Em 2006, teve início o projeto “A-Darter”, para desenvolvimento conjunto de tecnologia missilística, conduzido pelo grupo estatal sul-africano Denel e pelas empresas brasileiras Avibrás e Mectron. O míssil, em fase final de testes, deverá permitir o domínio de tecnologias e a independência no ciclo de desenvolvimento e produção de mísseis ar-ar. Já foram concluídas as negociações do acordo bilateral sobre mísseis ar-ar, que constituirá a base legal internacional para produção e venda desses armamentos.

Está em fase final de negociação o Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear. O instrumento contribuiria para o fornecimento de molibdênio-99 (utilizado em exames diagnósticos na detecção de câncer) ao Brasil de modo seguro, previsível e contínuo; e o aprendizado de técnicas científicas e modelos organizacionais.

Os exercícios navais bienais Ibsamar (Índia, Brasil e África do Sul), realizados em águas sul-africanas, têm sido importantes para a troca de experiências entre as três marinhas nacionais e contribuem, com outros exercícios internacionais, para a navegação do Atlântico Sul.

Cabe destacar que há grande potencial para reforçar o comércio de produtos de Defesa entre os dois países. Em outubro de 2021, foi realizado, em formato de seminário virtual, o I Diálogo da Indústria de Defesa Brasil-África do Sul, que teve o propósito de aproximar os representantes da base industrial de defesa do Brasil e da África do Sul e, inspirado na bem-sucedida experiência de cooperação representada pelo desenvolvimento do míssil ar-ar A-Darter, impulsionar iniciativas conjuntas mutuamente benéficas.

COOPERAÇÃO JURÍDICA

Encontram-se em estados avançados de negociação o Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal e o Tratado de Extradição.

Em dezembro de 2020, o Ministério Público Federal e a *National Prosecuting Authority* (NPA) da África do Sul assinaram Memorando de Entendimento de modo a abrir caminho para a cooperação entre as duas instituições, com intercâmbio de informações e troca de experiências.

Em outubro de 2021, o Brasil deu início a negociações de um Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre Brasil e África do Sul, ora em análise das autoridades sul-africanas. O tema assume importância diante do crescente número de brasileiros presos na África do Sul e de sul-africanos, no Brasil.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O "Acordo Bilateral sobre Cooperação Científica e Tecnológica", assinado em 2003, expirou seu prazo de vigência, após ser renovado automaticamente por mais cinco anos, em 2013. Com a expiração do acordo, a África do Sul passou a ser o único país do BRICS com o qual o Brasil não possui acordo bilateral específico em Ciência e Tecnologia.

Em abril de 2019, o governo brasileiro apresentou proposta de novo texto adicionando o elemento de “Inovação” à cooperação e atualizando as disposições para refletir o atual dinamismo na área e aguarda contraproposta oficial da África do Sul. As

negociações do acordo já se encontram encerradas, e o instrumento deverá ser assinado em breve por canais diplomáticos.

A cooperação em temas relacionados às Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs) constitui também objeto de interesse da África do Sul no relacionamento com o Brasil.

Citam-se ainda como temas que são objeto da cooperação em ciência e tecnologia: incubação cruzada de *startups* na área de agritech; acordo de cooperação científica e tecnológica entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a *National Research Foundation* (NRF), da África do Sul; diplomacia da inovação, entre outros.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

As ações de cooperação técnica entre o Brasil e a África do Sul são amparadas pelo Acordo de Cooperação Técnica vigente desde setembro de 2003. Atualmente, não há projetos de cooperação em execução no âmbito da cooperação técnica bilateral. Entretanto, registram-se demandas sul-africanas nas áreas de meio ambiente, saúde e agricultura.

Em 2021, foi retomada iniciativa na área de meio ambiente, de parceria entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), pelo lado brasileiro, e o *South African National Parks* (SANParks), vinculado ao Ministério dos Assuntos Ambientais, da África do Sul. O objetivo desta cooperação é a troca de experiências sobre a concessão de áreas destinadas a parques nacionais e a gestão de infraestruturas de visitação dessas unidades de conservação.

Na área ambiental, cabe registrar que, em novembro de 2021, o Ministro do Meio-Ambiente, Joaquim Leite, e sua homóloga sul-africana, Barbara Creecy, assinaram o Plano de Implementação para o período 2021-2026 do Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente entre Brasil e África do Sul.

Cabe citar, ainda, o recente diálogo entre a Agência Brasileira de Cooperação e o *African Renaissance Fund*, em reunião realizada em agosto de 2021, em que foram levantados temas com potencial de colaboração, como meio ambiente, bioenergia, entre outros.

COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E TEMAS PRIORITÁRIOS EM AGRICULTURA

Em setembro de 2020, a África do Sul enviou proposta de acordo em agricultura que prevê amplo marco institucional para a cooperação bilateral. Sob esse arcabouço, pretende-se promover iniciativas de cooperação técnica com o Brasil em diversas áreas, tais como agricultura familiar, educação rural, mecanização de pequenos produtores e aprofundamento de relações entre o "Agricultural Research Council" (ARC) e as instituições brasileiras de pesquisa agropecuária. No entanto, ainda não se encerrou a etapa negociadora desse acordo.

De parte do Brasil, os temas prioritários na agenda agrícola são i) a retirada das salvaguardas (relacionadas à febre aftosa) atualmente em vigor contra as importações de carne com osso e miudezas de bovinos do Brasil para a África do Sul; ii) o estabelecimento de certificado sanitário para subprodutos de origem animal; iii) a atualização do certificado sanitário para "pet food"; iv) a atualização do certificado

sanitário existente para carne de aves; e v) a elaboração de certificado sanitário para exportação (do Brasil) de sêmen e embriões bovinos.

Para a África do Sul, são prioritários os seguintes temas: i) exportações de material genético bovino e ovino; ii) exportações de gordura e carne de avestruz; iii) e acordo de cooperação bilateral em agricultura.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL

Existe potencial inexplorado na cooperação em matéria de ensino superior entre Brasil e África do Sul, haja vista a baixa procura de estudantes sul-africanos por vagas em universidades brasileiras, a despeito da existência de acordo assinado na área.

No que se refere à língua portuguesa, cabe ressaltar que há a possibilidade de estudantes sul-africanos prestarem o exame Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), exigido para o ingresso nas instituições de ensino superior brasileiras, no Instituto Guimarães Rosa em Pretória (antigo Centro Cultural Brasil-África do Sul), a fim de se prepararem para acompanhar o curso acadêmico em instituição de ensino superior brasileira.

O Brasil conta com dois leitorados na África do Sul, um na Universidade da Cidade do Cabo e outro na Universidade de Pretória. Os leitores são professores universitários que atuam em instituições estrangeiras de ensino superior, promovendo a língua e a cultura brasileiras, numa parceria entre o Itamaraty e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo dados do Ministério da Economia, em 2021 o Brasil exportou US\$ 1,18 bilhão para o mercado sul-africano e importou US\$ 1 bilhão desse país, totalizando corrente comercial bilateral de US\$ 2,18 bilhões. O saldo comercial foi superavitário para o Brasil em US\$ 183,7 milhões. Em comparação a 2020, as exportações tiveram aumento de 20%, enquanto as importações subiram 63,9%.

O principal produto exportado pelo Brasil para a África do Sul segue sendo carnes de aves e suas miudezas. Em dezembro de 2018, a *South African Poultry Association* (SAPA) formalizou pedido de elevação de tarifas de importação de alguns cortes de carne de frango, de 12% e 37% para 82%, em linha com sua tarifa consolidada na OMC.

Ademais, a autoridade sul-africana aplicou, em fevereiro de 2022, direito antidumping provisório, ainda em vigor. O valor do direito provisório para o Brasil foi de 265,1%, como regra geral. Dez das treze empresas brasileiras afetadas enviaram informações para a investigação e tiveram tarifas mais baixas aplicadas, variando de 6% a 30,5%.

O assunto foi objeto de diversas gestões da Embaixada do Brasil em Pretória junto ao governo local. Ademais, o então Ministro Ernesto Araújo encaminhou, em junho de 2019, carta à Ministra Naledi Pandor, à luz da sensibilidade do tema. Em janeiro de 2022, a Embaixada do Brasil em Pretória protocolou manifestação oficial do Governo Brasileiro junto à International Trade Administration Commission (ITAC), autoridade investigadora da África do Sul.

No campo dos investimentos, nos últimos anos, três grandes empreendimentos sul-africanos foram realizados no Brasil: o megaprojeto de extração, transporte e exportação de minério de ferro da Minas-Rio, pela empresa Anglo American; a compra de 30% da editora Abril pelo grupo sul-africano Naspers (antes da venda do controle acionário da Abril ao grupo Legion Holdings); e a concessão do aeroporto de Guarulhos para consórcio integrado pela *Airports Company of South Africa* (ACSA), juntamente com o grupo brasileiro INVEPAR, cujos sócios são a Previ (BB), Petros (Petrobrás), Funcef (CEF) e OAS.

Do lado brasileiro, destaca-se a presença na África do Sul da gaúcha Marcopolo, fabricante de ônibus, e da catarinense WEG, que produz motores elétricos, com fábricas e distribuidoras instaladas em diversas cidades daquele país. Em outubro de 2016, concluiu-se a aquisição da SAB Miller pela AB Inbev, um negócio da ordem de US\$ 109 bilhões. No setor cimenteiro, a Camargo Corrêa adquiriu a empresa sul-africana *Natal Portland Cement* em 2012.

A Embraer inaugurou, em meados de 2018, centro de treinamento regional em Joanesburgo, com dois simuladores de jatos da companhia e capacidade para treinar até dois mil operadores por ano, em parceria com a companhia aérea sul-africana *Air-Link*. O investimento alcançou cerca de US\$ 12 milhões.

Há, ademais, presença no mercado sul-africano de O Boticário, Tramontina, Intercement e Wyda.

Em novembro de 2020, a Embaixada em Pretória celebrou convênio com a *Brazil-South Africa Chamber of Commerce (BSA Chamber)*, primeira câmara de comércio bilateral entre Brasil e África do Sul, que poderá ter papel importante nas relações comerciais e de investimento entre Brasil e África do Sul e coadjuvar em muitos momentos a ação da Embaixada em Pretória.

POLÍTICA INTERNA

A África do Sul é uma república parlamentarista *sui generis*, já que o Presidente, não obstante acumular as funções de Chefe de estado e de governo, é eleito pela Assembleia Nacional e, em princípio, é o líder do partido mais votado. A Constituição do país estabelece limite de dois mandatos consecutivos (de cinco anos cada) para a permanência no poder. As últimas eleições gerais sul-africanas ocorreram em maio de 2019.

O regime do *apartheid*, que chegou ao fim em 1994, impôs à África do Sul cenário de profundos contrastes e desafios sociais. Em um país com infraestrutura e economia superiores às de vários países africanos, cerca de um quinto da população encontra-se abaixo da linha de pobreza, com aumento da desigualdade.

As eleições ocorridas em maio de 2019 marcaram o 25º aniversário do primeiro pleito democrático realizado na África do Sul e foram apontadas por analistas e políticos como as mais importantes desde 1994. Elas mantiveram no poder o Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês), força hegemônica no quadro político sul-africano nos últimos 25 anos.

O quadro econômico e social impacta o cenário político, com uma década de baixo crescimento econômico, insuficiente para atender aos anseios da grande maioria

dos sul-africanos. A taxa oficial de desemprego permanece em patamar elevado (cerca de 35%).

Embora os últimos levantamentos eleitorais antes do pleito de 2019 tenham indicado que o *Democratic Alliance* (DA) seguiria sendo a segunda maior força política na África do Sul, pela primeira vez, desde 1994, o partido obteve redução em sua votação, com 20,76% dos votos.

O *Freedom Front Plus* (FF+) obteve 2,38% dos votos nas eleições de 2019, o maior crescimento relativo entre todos os partidos, elegendo bancada de dez deputados.

O discurso em favor de mudanças profundas na economia sul-africana é o principal motor do *Economic Freedom Fighters* (EFF), que cresce junto à grande parcela de jovens desempregados nas periferias de centros urbanos. O partido, liderado por Julius Malema, obteve resultado notável no pleito de 2019, com 10,79% dos votos válidos, tornando-se a terceira força política na África do Sul

Observa-se que o partido islamista *Al-Jama-ah*, criado em 2007, obteve, nas eleições de 2019, um representante no Parlamento pela primeira vez.

ECONOMIA

A África do Sul é a segunda maior economia da África, após a Nigéria. O país tem sistema bancário maduro, arcabouço regulatório abrangente, indústrias estabelecidas e infraestrutura desenvolvida. Apesar de ter perdido valor no contexto da disputa comercial entre Estados Unidos e China, a moeda local, o rand, é relativamente estável. Além disso, apesar de certos entraves e desafios, a África do Sul reúne características que recomendam atenção como polo atrativo de negócios.

A inclusão da população à margem do desenvolvimento econômico é o principal desafio do governo sul-africano desde a transição democrática. O país vem enfrentando quadro de crescimento econômico lento, acompanhado de alto desemprego, o que gera impactos negativos na promoção do desenvolvimento econômico socialmente inclusivo. Os principais limitadores do potencial econômico sul-africano são: (i) a escassez no fornecimento de energia elétrica; e (ii) a queda nos preços das *commodities*, sobretudo minérios, responsáveis por mais de 60% das receitas de exportações sul-africanas na última década.

Com a continuada deterioração dos principais indicadores econômicos – em particular os números relacionados ao desemprego, ao crescimento econômico e ao descontrole da relação dívida/ PIB (cuja proporção se aproxima de 60%) – especialistas convergem quanto à urgência de reformas estruturais.

O déficit fiscal é um dos desafios fundamentais a serem enfrentados pelo governo sul-africano nos próximos anos.

IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Com vistas à mitigação do impacto econômico e social da quarentena, o Presidente Cyril Ramaphosa anunciou pacote de medidas que inclui o dispêndio de 500 bilhões de rands (cerca de US\$ 25 bilhões), aproximadamente 10% do PIB sul-africano.

Trata-se do maior pacote de estímulo econômico da história da África do Sul e tem o objetivo de: i) oferecer os meios adequados para as medidas sanitárias a serem adotadas no combate à pandemia; ii) aliviar a fome e as dificuldades sociais; iii) amparar empresas e trabalhadores; e iv) apoiar a reabertura gradual da economia.

O tema dos benefícios sociais ganha importância à luz dos dados publicados em dezembro de 2021 sobre a evolução do desemprego no país, que atinge 34,9%. Incluídas as pessoas que desistiram de procurar empregos, o índice atinge 46,6%. Todos os setores econômicos pesquisados registraram perdas.

O PIB sul-africano caiu 1,5% no terceiro trimestre de 2021 e, diante de pressões inflacionárias, o Banco Central elevou a taxa de juros a 3,5%.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Cyril Ramaphosa
Presidente da República

Líder do sindicato dos mineiros (NUM), pilar do que viria a ser a principal central sindical do país (COSATU), elegeu-se Secretário-Geral do Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês) em 1991. Preterido na escolha para a Vice-Presidência em 1997, migrou para a iniciativa privada. Retornou à cena política por indicação de Jacob Zuma, de quem foi Vice-Presidente a partir de 2014. Com a renúncia de Zuma, assumiu a Presidência em fevereiro de 2018. Nas eleições nacionais e provinciais de maio de 2019, foi confirmado como Presidente da África do Sul para novo mandato de cinco anos.



Naledi Pandor
Ministra de Relações Internacionais e Cooperação

Quadro respeitado no ANC, integra a executiva do partido. Exilou-se em Botsuana nos anos 1970, onde concluiu o ensino secundário. Graduiu-se em História e Inglês pela Universidade de Botsuana, e tem mestrado em Educação pela Universidade de Londres e em Linguística pela Universidade de Stellenbosch. Membro do Parlamento sul-africano desde 1994, Pandor integra o gabinete ministerial sul-africano desde 2004. Com a assunção de Ramaphosa em fevereiro de 2018, tornou-se Ministra de Educação Superior e Treinamento, pasta com a qual é identificada em razão de sua atuação acadêmica, mas que deixou para comandar o Ministério de Relações Internacionais e Cooperação.



Vusumuzi Wellington Mavimbela
Embaixador em Brasília

De 1976 a 1993, desempenhou diferentes funções no Congresso Nacional Africano (partido no poder desde o fim do apartheid, em 1994), dentro e fora da África do Sul. De 1994 a 1999, foi Conselheiro político e Conselheiro em Assuntos de Inteligência e Segurança do então Vice-Presidente Thabo Mbeki. De 2005 a 2008, atuou na iniciativa privada, retornando à vida política em 2009, quando assumiu a Chefia de Gabinete do

então Presidente Jacob Zuma. Foi Embaixador da África do Sul no Zimbábue (2011-2016) e no Egito (2016-2020).

MAPA DA ÁFRICA DO SUL



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da África do Sul
GENTÍLICO	Sul-africano
CAPITAL	Pretória (administrativa); Cidade do Cabo (legislativa); Bloemfontein (judiciária)
ÁREA	1.219.090 km ²
POPULAÇÃO	56,46 milhões
IDIOMAS	11 oficiais (inglês, afrikaans, ndebele, sepedi, sesoto, setsuana, siswati, tsonga, venda, xhosa, zulu)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (68%); Tradicionais (28,5%); Islamismo (2%); Hinduísmo (1,5%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Assembleia Nacional e Conselho Nacional de Províncias)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Cyril Ramaphosa (desde 15/02/2018, reeleito em 22/05/2019)
MINISTRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO	Naledi Pandor (desde 29/05/2019)
IDH	0,699/113º no mundo
PIB (2021)	US\$ 419,95 bilhões (Banco Mundial)
PIB PPP (2021)	US\$ 865,8 bilhões (Banco Mundial)
PIB PER CAPITA (2021)	US\$ 14.420,20 (Banco Mundial)
EXPECTATIVA DE VIDA	64,8 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Rand
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Vusumuzi Wellington Mavimbela

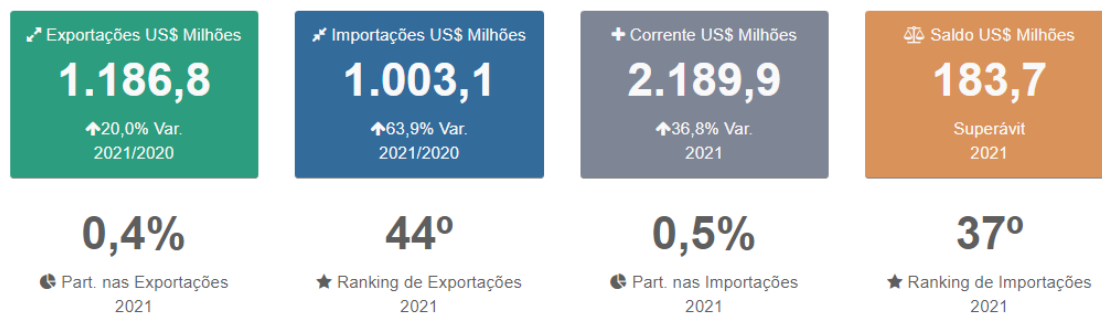
COMÉRCIO BILATERAL EM 2021

Balança comercial do Brasil com a África do Sul em 2021

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: África do Sul

Jan-Abr / 2022

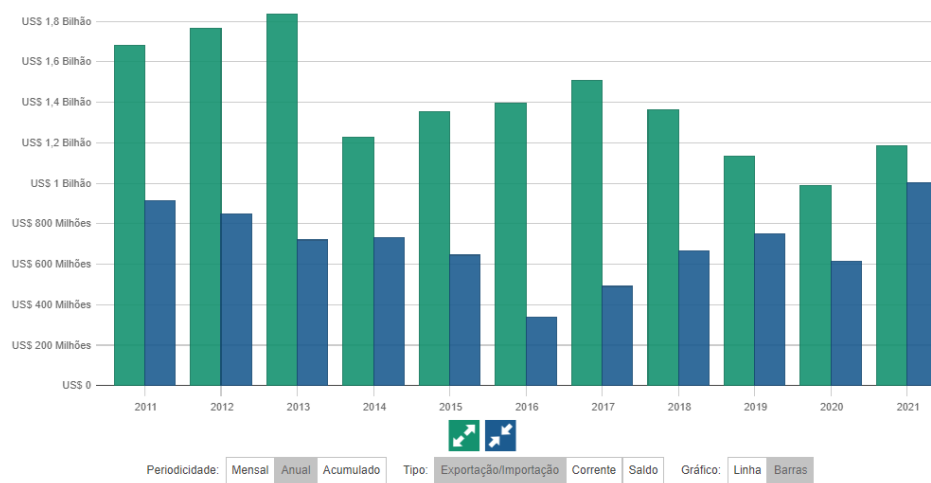
2021



Série histórica - Parceiro: África do Sul

Total

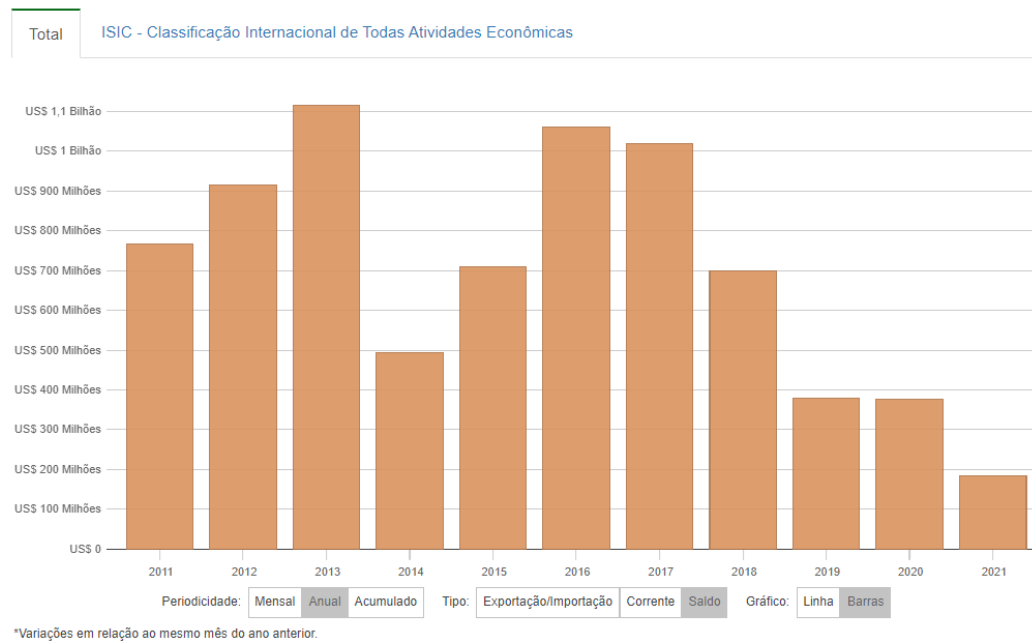
ISIC - Classificação Internacional de Todas as Atividades Econômicas



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

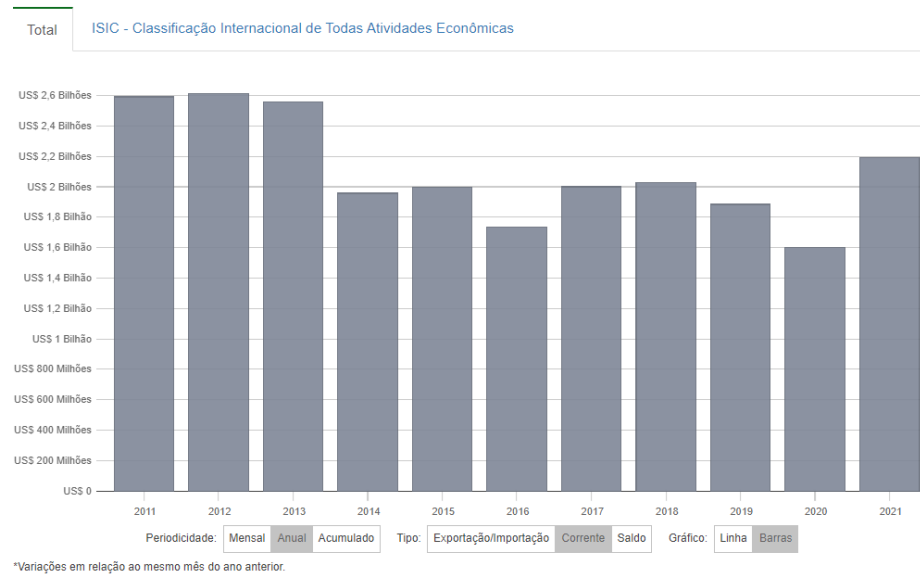
Saldo comercial do Brasil com a África do Sul em 2021

Série histórica - Parceiro: África do Sul

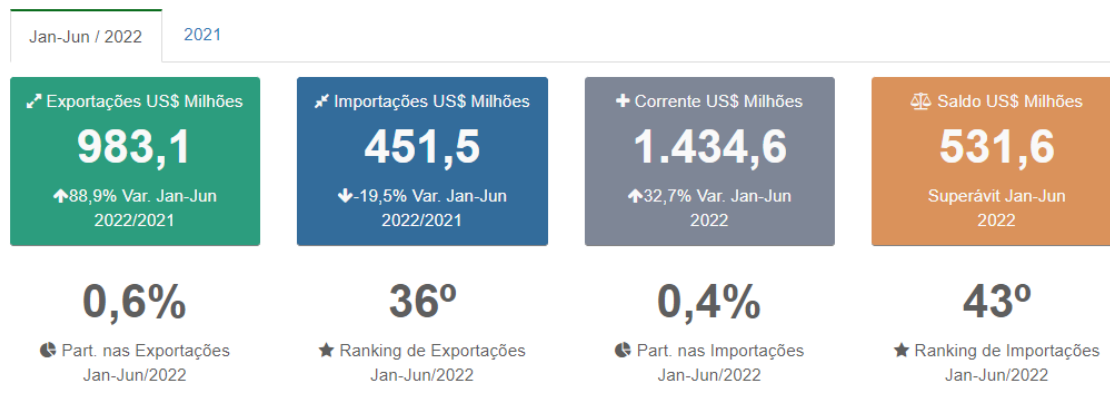


Corrente de comércio do Brasil com a África do Sul em 2021

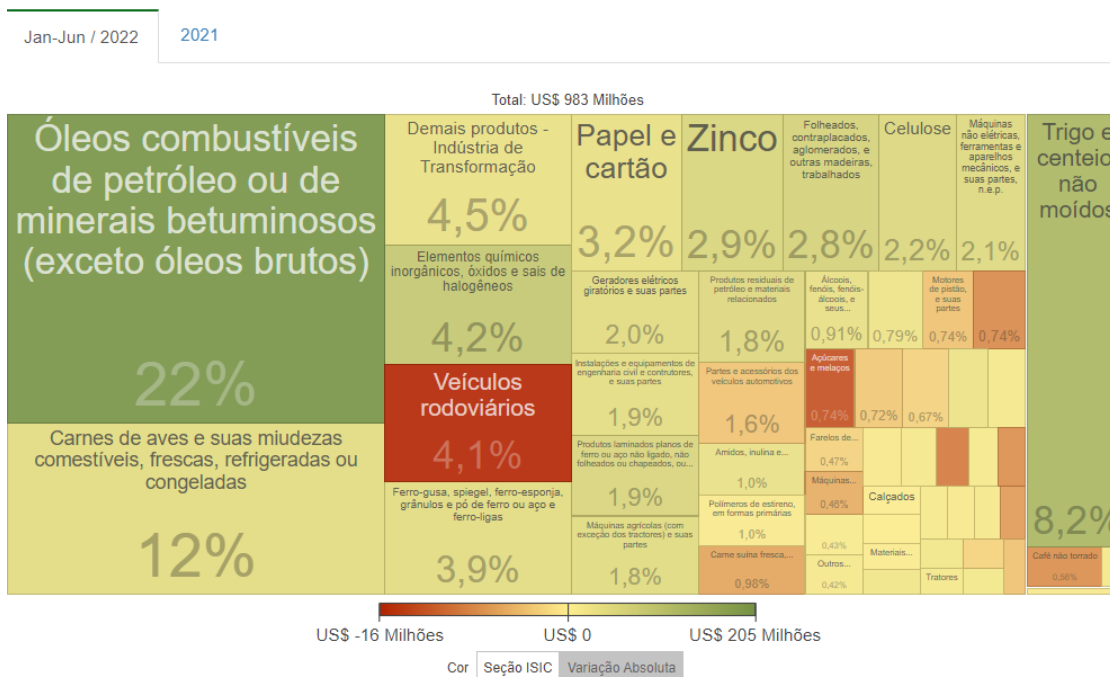
Série histórica - Parceiro: África do Sul



Balança comercial do Brasil com a África do Sul de janeiro a junho de 2022

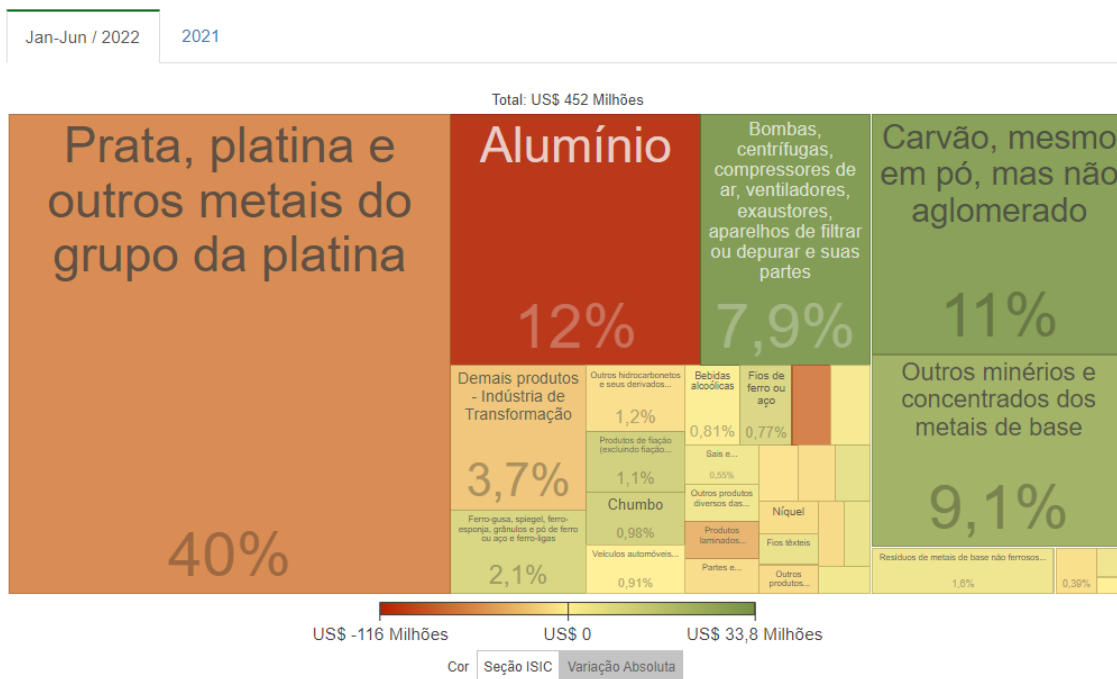


Produtos exportados pelo Brasil a África do Sul de janeiro a junho de 2022



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

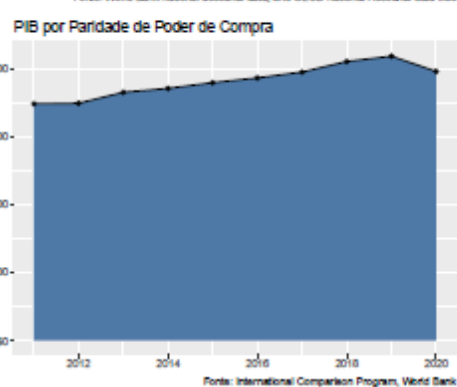
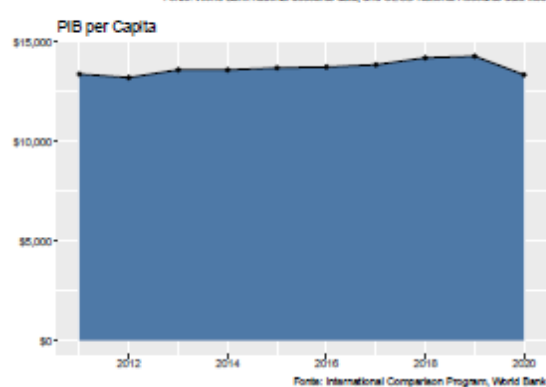
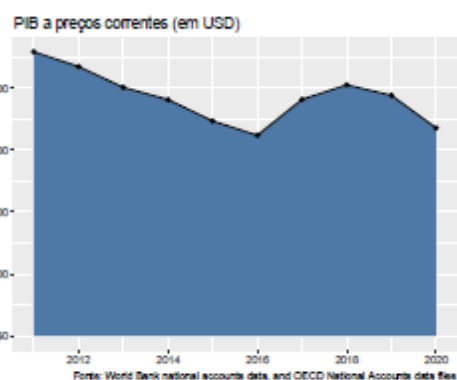
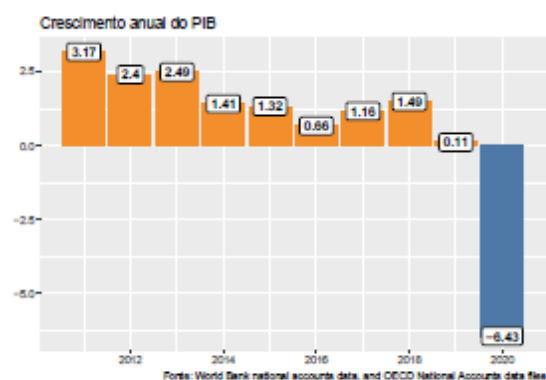
Produtos importados pelo Brasil da África do Sul de janeiro a junho de 2022



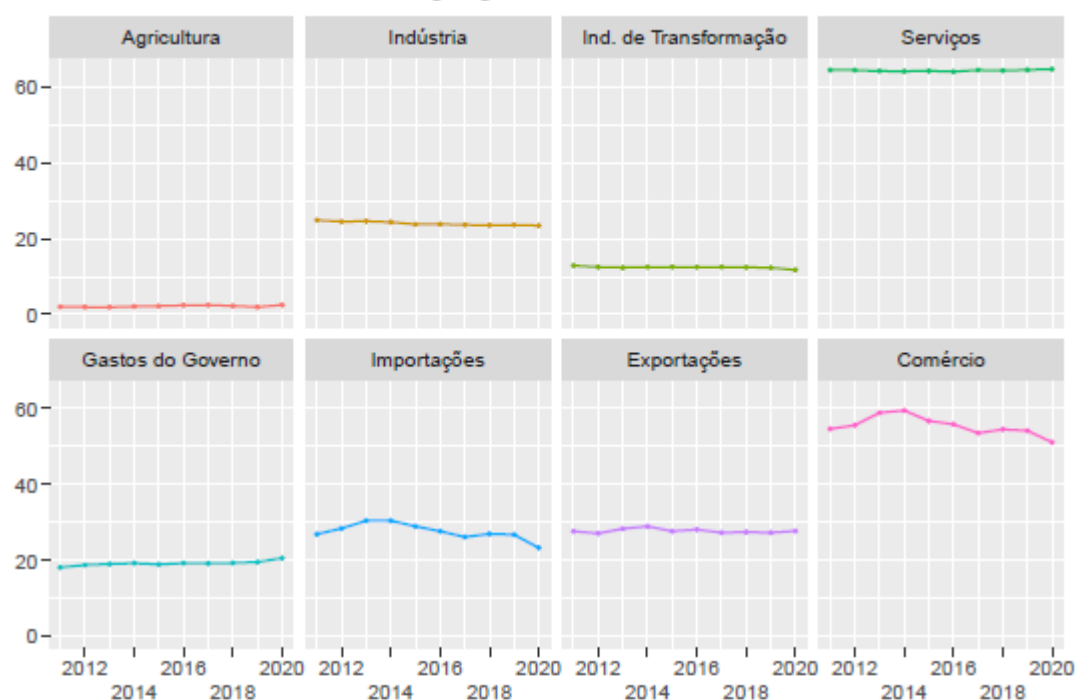
*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

DADOS ECONÔMICOS

Produto Interno Bruto

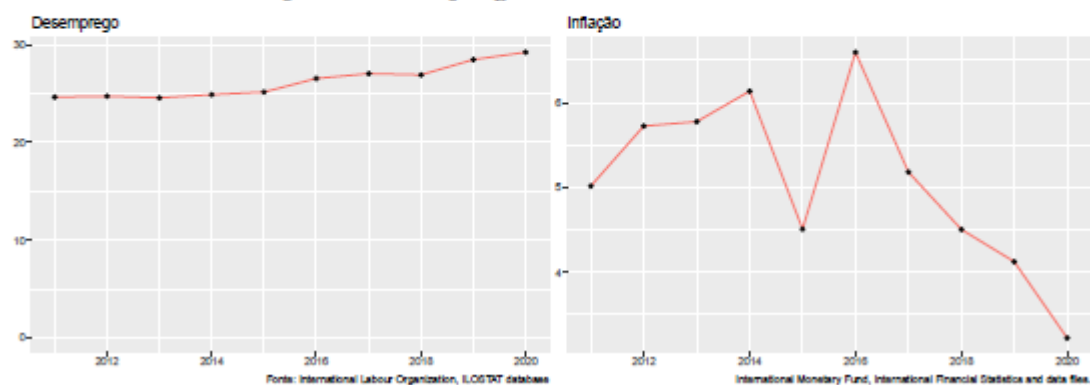


Estrutura da Economia em Proporção do PIB



Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Indicadores de Inflação e Desemprego



Fonte: International Labour Organization, ILOSTAT databases

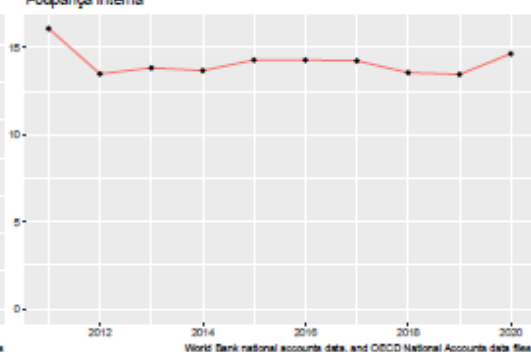
International Monetary Fund, International Financial Statistics and data files.

Indicadores de Investimento

Formação Bruta de Capital Físico

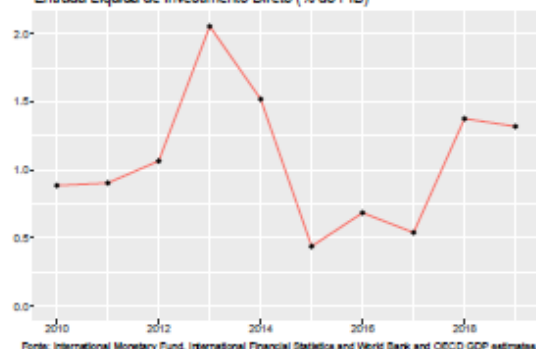


Poupança Interna

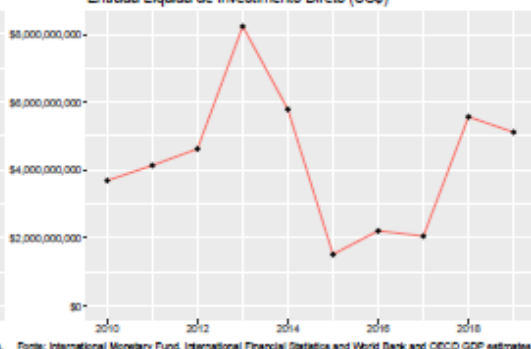


Fluxo de Investimentos

Entrada Líquida de Investimento Direto (% do PIB)



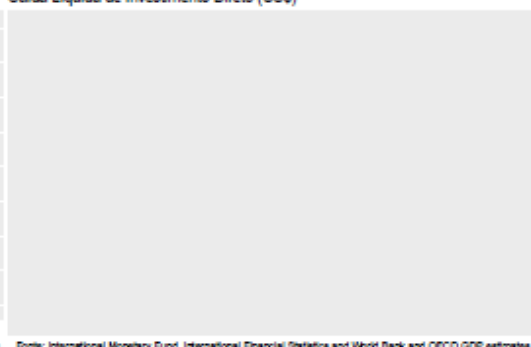
Entrada Líquida de Investimento Direto (US\$)



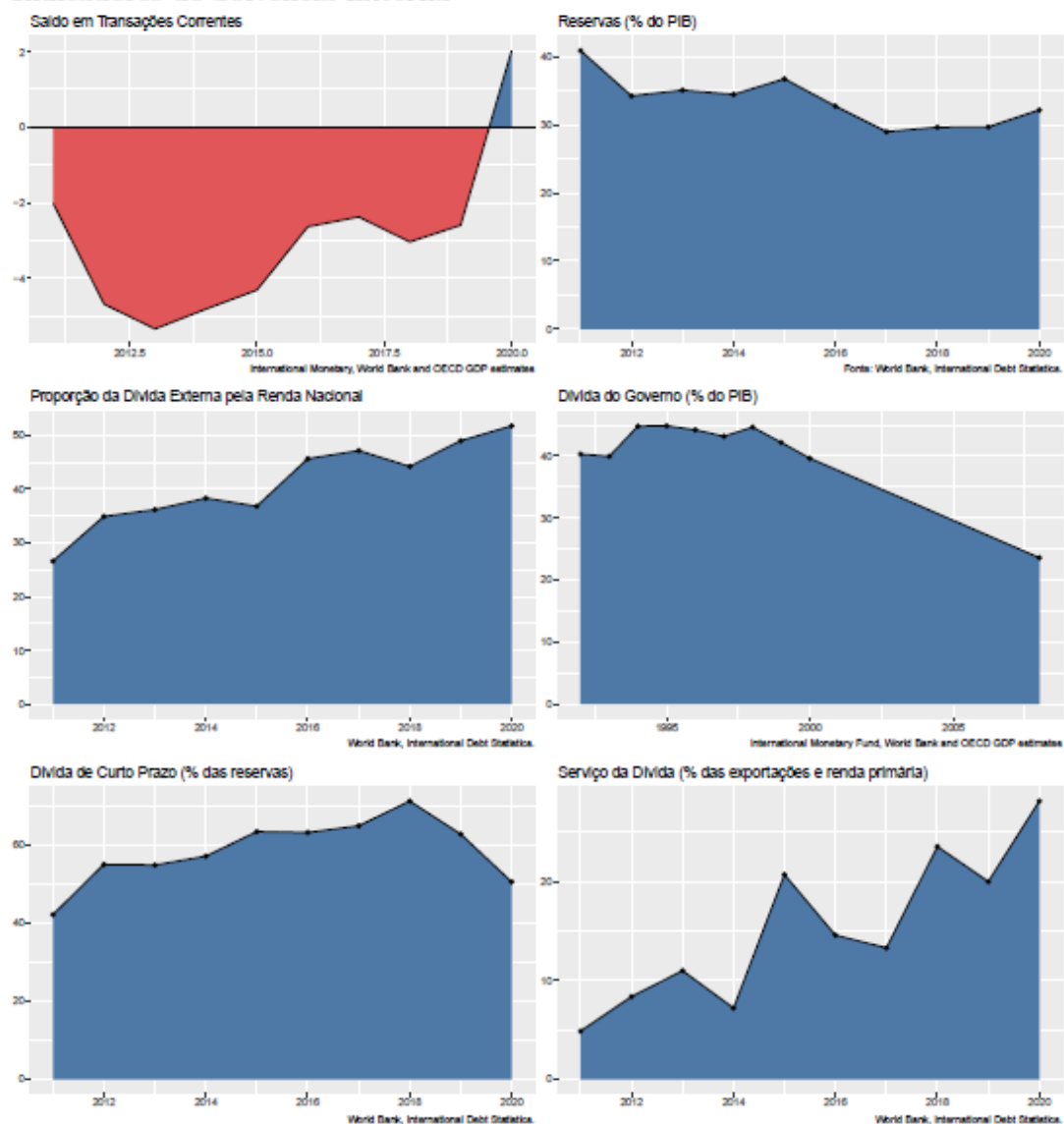
Saída Líquida de Investimento Direto (% do PIB)



Saída Líquida de Investimento Direto (US\$)



Indicadores de Solvência Externa





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MAURÍCIO



Maço básico

OSTENSIVO
Agosto de 2022

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República de Maurício foram estabelecidas em 1974. Os contatos entre os dois países vêm-se intensificando nos últimos anos, como exemplifica a conclusão da negociação de Acordo de Serviços Aéreos, que aguarda oportunidade para assinatura. O acordo reveste-se de importante simbolismo, pois deverá constituir o primeiro instrumento a ser firmado entre os dois países.

Dois dos principais temas de diálogo são o setor açucareiro e a produção de etanol, para cuja produção autoridades mauricianas têm manifestado interesse em receber cooperação do Brasil.

Intensificaram-se, ademais, os contatos entre os adidos policial e de inteligência com suas contrapartes mauricianas, em contexto de crescente cooperação para o combate de ilícitos transnacionais.

Maurício é membro observador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) desde julho de 2006. É justamente no âmbito da promoção e fortalecimento da língua portuguesa que se deu importante projeto de cooperação bilateral: a criação, em 2011, de programa de leitorado na Universidade de Maurício. Não obstante ter sido bem sucedida, a iniciativa foi suspensa em 2015 por restrições orçamentárias brasileiras.

O contínuo diálogo entre os governos de Brasil e Maurício poderá ser importante elemento em eventual aquisição de aviões da Embraer pela estatal mauricana de aviação, a Air Mauritius.

No campo multilateral, o país tem atendido pedidos de apoio a candidaturas brasileiras, como no caso da eleição do Brasil ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2022-2023.

Atualmente, o Brasil apoia o pleito de Maurício na Corte Internacional de Justiça sobre a descolonização do arquipélago de Chagos. O Brasil votou favoravelmente na Assembleia Geral da ONU à solicitação de parecer à CIJ e participou dos procedimentos da Corte. O engajamento brasileiro foi objeto de agradecimento por parte do Primeiro-Ministro Pravind Jungnauth, por meio de cartas endereçadas ao Senhor Presidente da República.

Até o início da pandemia de Covid-19, vinha aumentando o número de turistas brasileiros que viajavam a Maurício.

Comércio bilateral

A corrente de comércio bilateral, no ano de 2021, correspondeu a US\$ 53 milhões, sendo que, desse total, mais de US\$ 52 milhões foram de exportações brasileiras, em sua grande maioria de açúcares de cana ou de beterraba, calçados e demais produtos da indústria de transformação. As importações feitas pelo Brasil concentraram-se em vestuários, como casacos masculinos ou infantis, capas, jaquetas, etc.

O mercado de Maurício é atrativo e apresenta oportunidades relevantes para os produtos brasileiros. O país conta com o segundo maior índice de desenvolvimento humano da África (atrás apenas de Seicheles) e a maior renda per capita do continente, além de ter sido considerado o melhor destino para negócios e investimentos na região.

A expressiva indústria de turismo do país é um dos principais motores da economia local e demandante de amplo leque de importações (Maurício é um dos

maiores importadores de xampu na África, por exemplo). Setores como alimentos e bebidas, cosméticos, têxteis e máquinas e equipamentos agrícolas, entre outros, podem oferecer oportunidades para produtores brasileiros.

POLÍTICA INTERNA

Colônia do Reino Unido desde 1810, Maurício tornou-se independente em 1968. A monarca britânica manteve-se como Chefe de Estado até 1992, ano em que o país se proclamou como república dentro da *Commonwealth* britânica. O sistema de governo é parlamentar, em que o Presidente é eleito pela Assembleia Nacional, e o Primeiro-Ministro, indicado pelo partido majoritário.

Maurício é uma democracia multipartidária, com liberdade religiosa e de expressão, e tem reconhecida estabilidade política. Na região, costuma figurar nas primeiras posições nos índices de governabilidade e desenvolvimento humano. Ocupa atualmente, por exemplo, a primeira colocação no Índice Ibrahim de Governança Africana, e o 20º lugar (dentre 167 países) no índice de democracia da *Economist Intelligence Unit*. São notáveis, ainda, a alta taxa de alfabetização (uma das maiores do mundo em desenvolvimento) e as baixas taxas de infecção por HIV/AIDS.

A população de Maurício é multiétnica, fato que remete tanto à sua colonização diversificada (o território recebeu exploradores de Portugal, Holanda, França e Reino Unido) como às levas de migrantes que desembarcaram no seu território (em especial indianos, que chegam de forma maciça a partir de meados do século XIX). É o único país da África com maioria hindu (48,5% da população), com ampla representação política. Desde a independência, o país teve um único Chefe de Governo não hindu, Paul Berenger (2003-2005).

Nas eleições-gerais de novembro de 2019, o Primeiro-Ministro Pravind Jugnauth foi reconduzido ao cargo, e Prithvirajsing Roopun foi escolhido, pela Assembleia Nacional, para o cargo de Presidente da República. O resultado do pleito refletiu vitória da *Mauritian Alliance*, coalizão formada pelos partidos *Militant Socialist Movement*, *Muvman Liberater* e *Plateforme Militante*, a qual ganhou 42 dos 70 assentos do Parlamento.

ECONOMIA

Maurício é tido como país com uma das economias mais abertas do mundo. Tem uma população de 1,3 milhão de pessoas e um PIB ppp de US\$ 26 bilhões, o que confere ao país uma renda per capita ppp de cerca de US\$ 21 mil. A taxa de desemprego tem se reduzido ao longo dos últimos anos, sendo atualmente de cerca de 7%. A inflação também é mantida sob controle. Apresenta elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os setores industriais, financeiros e de turismo avançam progressivamente, e os benefícios convertem-se em distribuição de renda cada vez mais equitativa, com melhorias em indicadores de desenvolvimento humano. A agricultura, por sua vez, ainda se reveste de importância para o país, em particular para o setor exportador, e está fortemente baseada no cultivo da cana-de-açúcar (90% da área cultivada).

No que concerne ao *Global Competitiveness Report* de 2019, a ilha ocupa a 52ª posição, a melhor colocação da África Subsaariana. O país conta com programa de

incentivos a startups atuantes em todas as áreas, destacando-se os campos de fintech, agritech e serviços.

As exportações respondem por parcela majoritária do PIB nacional, embora sua participação venha em declínio desde a crise financeira de 2008. A pauta comercial apresenta grande diversificação, de produtos agrícolas a serviços financeiros e tecnologias de informação e comunicação. Esse bom desempenho explica-se, em grande parte, pelo *status* preferencial de que gozam as vendas do país em um grande número de mercados.

O país insular apresenta-se como o mais bem colocado do continente africano no índice de prontidão do governo para inteligência artificial da *Oxford Insights*, na 45ª posição.

Maurício conta com robusto arcabouço legal na área de tecnologias digitais, no qual se destacam sua estratégia de digitalização, resumida no documento *Digital Mauritius 2030 Strategic Plan*, preparado pelo Ministério de Tecnologia da Informação, Comunicação e Inovação, assim como a estratégia para transformação digital do governo para o período 2018-2022. O país também conta com política específica para dados abertos, lei sobre crimes cibernéticos e lei sobre proteção de dados pessoais.

Embora sejam limitadas as oportunidades comerciais e de negócios para empresas brasileiras em Maurício, há potencialidades a serem exploradas no exemplo mauriciano em termos de produção de políticas e instrumentos legais para a área de inteligência artificial.

O investimento estrangeiro no setor bancário é significativo. Cada vez mais empresas "offshore" estabelecem-se em Maurício, mormente para promover intercâmbio comercial com a Índia, a África do Sul e a China.

O país conta, ademais, com uma rede de infraestrutura relativamente avançada. Figura na 46ª posição (entre 131 países) da classificação sobre qualidade de infraestrutura do Banco Mundial.

Maurício assinou, no início de 2018, o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA).

PERFIS BIOGRÁFICOS



Prithvirajsing Roopun
Presidente da República

Nascido em 1959, foi membro do Parlamento de Maurício de maio de 2010 a novembro de 2019. Exerceu também, nesse período, o cargo de Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico, de dezembro de 2014 a janeiro de 2017. Neste mês, assumiu o Ministério de Artes e Cultura, no qual permaneceu até dezembro de 2019, quando foi eleito, pela Assembleia Nacional, Presidente da República.



Pravind Jugnauth
Primeiro-Ministro

Nascido em 1961, é filho do ex-Primeiro-Ministro Anerood Jugnauth (que ocupou a primatura em três ocasiões – 1982-1995; 2000-2003; 2014-2017). Formou-se em Direito na Universidade de Buckingham, na Inglaterra. Ingressou oficialmente no Militant Socialist Movement em 1990. Foi Ministro da Agricultura e da Tecnologia, Comunicação e Inovação. É também membro da Assembleia Nacional desde maio de

2009. Assumiu o posto de Primeiro-Ministro em janeiro de 2017, sucedendo seu pai, e foi reeleito em novembro de 2019.



Alan Ganoo
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascido em 1951, graduou-se em Direito no King's College, em Londres. Ganoo foi Ministro da Justiça (1991-1993), Ministro da Habitação (1996-1997), Ministro dos Serviços Públicos (2000-2005), Ministro Interino das Pescas (2004 a 2005) e Ministro dos Transportes Terrestres e Ferroviários Ligeiros (2019-2021).

MAPA DE MAURÍCIO

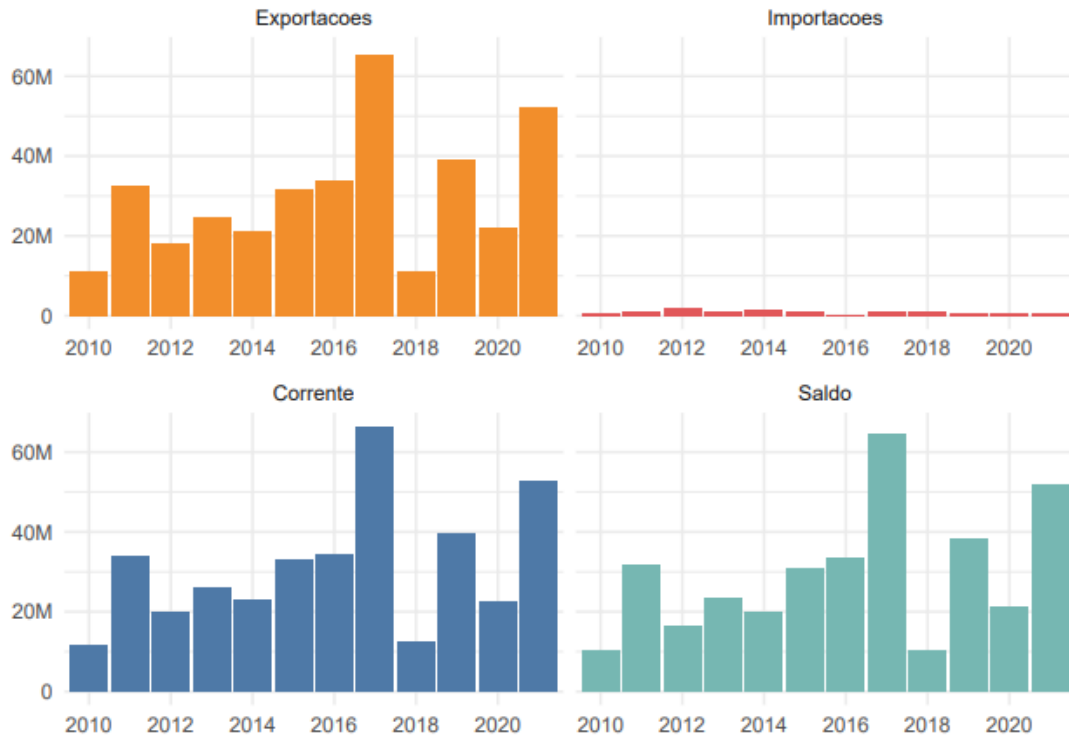


DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Maurício
GENTÍLICO	Mauriciano
CAPITAL	Port Louis
ÁREA	2.040 km ²
POPULAÇÃO	1,37 milhão
IDIOMAS	A língua oficial é o inglês, sendo o francês e o creole bastante difundidos.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Hinduísta (52%), católica romana (23%), muçulmana (17%).
SISTEMA POLÍTICO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO	Prithvirajsing Roopun (desde dezembro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Pravind Jugnauth (desde janeiro de 2017, reeleito em novembro de 2019)

MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES	Alan Ganoo (desde fevereiro de 2021)
PIB nominal	US\$ 10,92 bilhões (2020)
PIB PPP	US\$ 26 bilhões (2020)
PIB PPP <i>per capita</i>	US\$ 20.500 (2020)
IDH	0,804 (66º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA	74 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	91,3%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	7%
UNIDADE MONETÁRIA	Rúpia Mauriciana

DADOS ECONÔMICOS

Brasil-Maurício, Fluxo de Comércio agregado até Novembro



Fonte: Ministério da Economia

	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	52M (137.60%)	22M (-43.65%)	39M (245.75%)	11M (-82.78%)	66M (93.17%)
Importacoes	566K (0.14%)	565K (-20.62%)	712K (-39.87%)	1M (27.80%)	927K (119.04%)
Saldo	52M (141.2%)	21M (-44.1%)	38M (279.2%)	10M (-84.4%)	65M (92.8%)
Corrente	53M (134.2%)	23M (-43.2%)	40M (218.6%)	12M (-81.2%)	66M (93.5%)

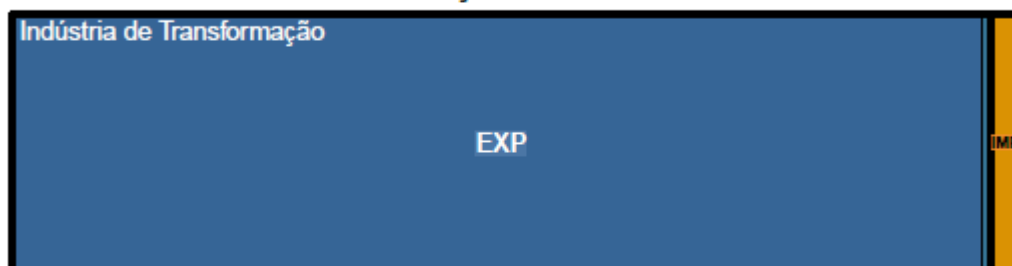
	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	34M (6.30%)	32M (49.32%)	21M (-13.04%)	25M (34.89%)	18M (-44.42%)
Importacoes	423K (-60.49%)	1M (-27.33%)	1M (13.44%)	1M (-28.01%)	2M (84.51%)
Saldo	34M (8.6%)	31M (55.0%)	20M (-14.5%)	23M (41.8%)	16M (-48.4%)
Corrente	34M (4.1%)	33M (44.4%)	23M (-11.7%)	26M (29.2%)	20M (-40.7%)

Brasil-Maurício, Dados Comerciais

Dados Agregados até Novembro						
Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção	
2021	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	38.86M	233,5%	74,4%
		Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..	1602	1.92M	9,2%	3,7%
		Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	1.61M	10,3%	3,1%
		Outros móveis e suas partes	9403	1.49M	117,5%	2,8%
		Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miud..	1601	1.28M	26,5%	2,4%
	IMP	Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, ..	9018	107.71K	63,5%	19,0%
		Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	78.53K	-56,3%	13,9%
		T-shirts e camisolas interiores, de malha	6109	73.19K	61,7%	12,9%
		Camisas de uso masculino	6205	65.22K	-48,9%	11,5%
		Camisas de malha, de uso masculino	6105	61.51K	38,5%	10,9%
2020	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	11.65M	-55,3%	53,0%
		Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..	1602	1.76M	29,6%	8,0%
		Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	1.46M	-15,2%	6,6%
		Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miud..	1601	1.01M	-25,0%	4,6%
		Outros móveis e suas partes	9403	684.14K	-34,8%	3,1%
	IMP	Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	179.90K	32 727,9%	31,8%
		Camisas de uso masculino	6205	127.76K	-40,9%	22,6%
		Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, ..	9018	65.87K	-57,4%	11,7%
		T-shirts e camisolas interiores, de malha	6109	45.25K	-51,9%	8,0%
		Camisas de malha, de uso masculino	6105	44.40K	-34,1%	7,9%
2019	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	26.06M	69 738,0%	66,8%
		Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	1.72M	-1,9%	4,4%
		Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..	1602	1.36M	-20,8%	3,5%
		Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miud..	1601	1.35M	2,1%	3,5%
		Outros móveis e suas partes	9403	1.05M	245,9%	2,7%
	IMP	Camisas de uso masculino	6205	216.25K	62,3%	30,4%
		Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, ..	9018	154.54K	-43,8%	21,7%
		T-shirts e camisolas interiores, de malha	6109	94.17K	19,8%	13,2%
		Camisas de malha, de uso masculino	6105	67.34K	99,4%	9,5%
	2018	EXP	Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	1.75M	30,9%
Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..			1602	1.72M	-19,5%	15,2%
Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miud..			1601	1.32M	-13,7%	11,7%
Outros móveis e suas partes			9403	303.60K	-29,8%	2,7%
Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..			1701	37.31K	-99,9%	0,3%
IMP		Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, ..	9018	274.87K	71,6%	23,2%
		Camisas de uso masculino	6205	133.28K	-76,4%	11,3%
		T-shirts e camisolas interiores, de malha	6109	78.63K	94,6%	6,6%
		Camisas de malha, de uso masculino	6105	33.77K	7,5%	2,9%
		Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	548.00	-14,1%	0,0%

1.4 Classificações do Comércio

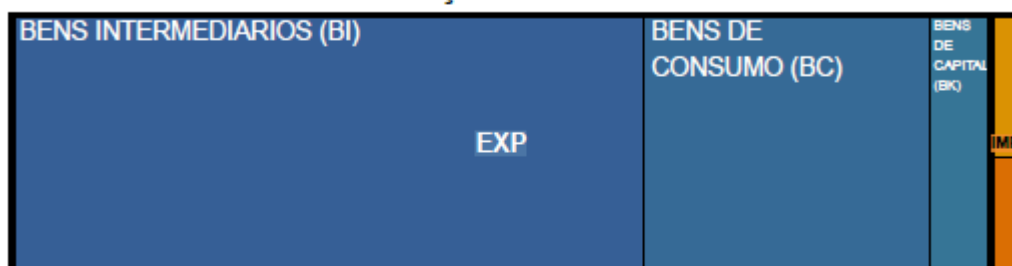
Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



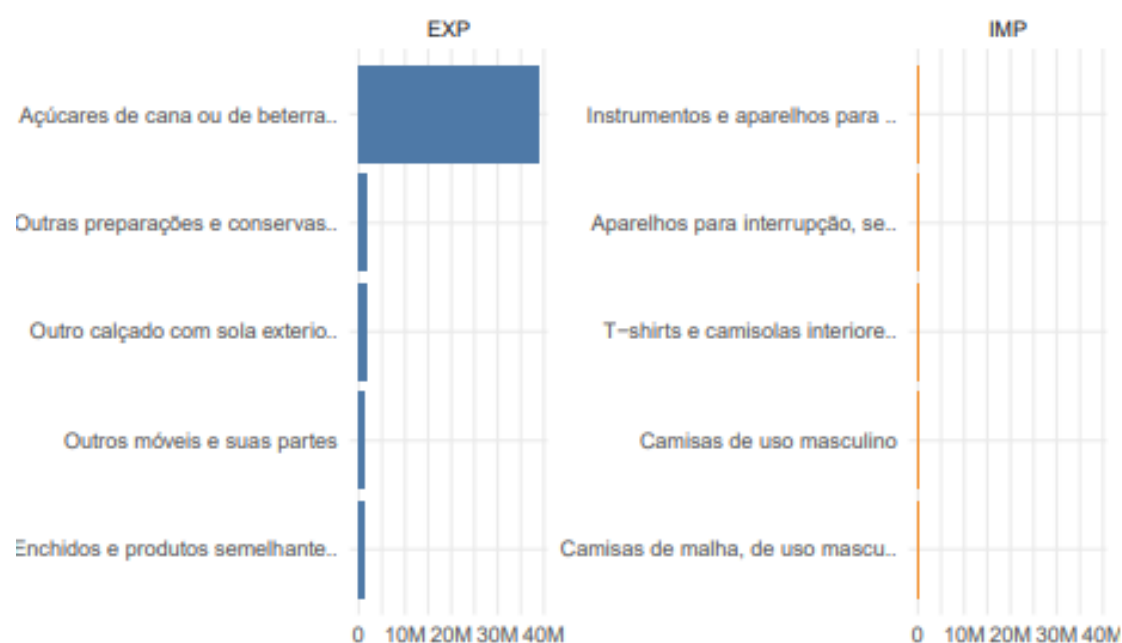
Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



Brasil-Maurício, pauta comercial, 2021 até Novembro



Fonte: Ministério da Economia

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974 – Brasil e Maurício estabelecem relações diplomáticas.

2011 – Visita do Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico de Maurício ao Brasil.

2012 – Visita do Vice-Primeiro-Ministro de Maurício ao Brasil.

2013 – Visita do então Ministro do Esporte a Maurício.

CRONOLOGIA DO PAÍS

1498 - Exploradores portugueses chegam a Maurício, durante viagem de Vasco da Gama ao redor do Cabo da Boa Esperança.

1598 – Holanda reivindica posse da ilha desabitada e a batiza em homenagem a seu Chefe de Estado, Maurício, Príncipe de Orange e Conde de Nassau.

1715 – França reivindica soberania sobre a ilha, e a renomeia Ile de France.

1810 - Forças britânicas derrotam a França e tomam controle de Maurício.

1820 – Trabalhadores indianos começam a chegar a Maurício como mão-de-obra para as plantações de cana-de-açúcar.

1968 – Independência nacional. A rainha Elizabeth II mantém-se como Chefe de Estado.

1982 – Anerood Jugnauth é eleito Primeiro-Ministro, cargo que ocupará até 1995.

1992 – Adoção do regime republicano.

1995 – Navin Ramgoolam é eleito Primeiro-Ministro.

2000 – Maurício ocupa assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas pela primeira vez.

2000 – Anerood Jugnauth volta ao cargo de Primeiro-Ministro.

2003 – Anerood Jugnauth é eleito Presidente da República; o novo Primeiro-Ministro é Paul Berenger, o primeiro Chefe de Governo não-hindu da ilha.

2005 – Navin Ramgoolam volta a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro.

2008 – Anerood Jugnauth é reeleito Presidente da República.

2012 – Anerood Jugnauth renuncia ao cargo; Rajkeswur Purryag torna-se o novo Presidente.

2014 – Anerood Jugnauth volta a assumir o cargo de Primeiro-Ministro.

2015 - Rajkeswur Purryag renuncia à Presidência e é substituído por Ameenah Gurib-Fakim, primeira mulher a ser eleita para o cargo na história do país.

2017 – Pravind Jugnauth sucede seu pai como Primeiro-Ministro de Maurício.

2018 – Ameenah Gurib-Fakim renuncia à Presidência, que passa a ser exercida pelo então Vice-Presidente, Paramasivum Vyapoory.

2019 – Pravind Jugnauth é reconduzido ao cargo de Primeiro-Ministro, e Prithvirajsing Roopun é eleito Presidente pela Assembleia Nacional.